



Camila Moura Pinto

**Grêmios Escolares e novos caminhos participativos: um
estudo de caso**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Rosaly Hermengarda Lima Brandão

Rio de Janeiro
Abril de 2013



Camila Moura Pinto

**Grêmios Escolares e novos caminhos
participativos: um estudo de caso**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^ª. Rosaly Hermengarda Lima Brandão

Orientadora

Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^ª. Lucilia Augusta Lino de Paula

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof^º. André Freixo

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof^ª Denize Berreruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas

PUC-Rio

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Camila Moura Pinto

Graduou-se em História na Universidade Federal Fluminense em 2004. Desenvolveu esta dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/PUC-Rio, obteve durante o curso de mestrado apoio financeiro do CNPq e FAPERJ.

Ficha Catalográfica

Pinto, Camila Moura

Grêmios escolares e novos caminhos participativos : um estudo de caso / Camila Moura Pinto ; orientadora: Rosaly Hermengarda Lima Brandão. – 2013.

172 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2013.

Inclui bibliografia

CDD: 370

Para os jovens que possibilitaram a criação deste trabalho.
Pela confiança, sinceridade e disposição em
transformar sua realidade.

Agradecimentos

À minha orientadora Professora Zaia Brandão por ter me ensinado que qualquer pesquisa acadêmica deve ser construída com zelo, cuidado e método. Agradeço também pelos incentivos e leitura atenta e crítica deste trabalho.

Ao CNPq, à FAPERJ e à PUC-Rio, pelos auxílios, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Às minhas queridas colegas de curso, Isabella Zappa, Priscila Corrêa e Bia Porto, que ao final desta empreitada revelaram-se verdadeiras amigas companheiras, com ouvidos atentos e palpites certos. Também aos amigos mais antigos, os da época da graduação como Mauro Amoroso, Leonardo Arruda e Amina Vergara, além daqueles mais próximos, queridos compadres Rachel Williams e Vinicius Silva. Sem vocês eu não teria saído do projeto de pesquisa.

Aos meus pais, amados guerreiros que mesmo sem saber participaram ativamente da escrita deste trabalho, contribuindo com suas opiniões acerca da juventude e a política, nos dias atuais. Agradeço, igualmente, à minha irmã, que mesmo longe de casa, continua forte e presente no meu pensamento.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora, agradeço a leitura cuidadosa e aos comentários feitos sobre a pesquisa, que tanto me foram úteis na entrega desta versão finalizada e amplamente revisada.

À todos os funcionários e professores que compõem o PPGE/PUC-Rio pela ajuda e competência no desenvolvimento de seus trabalhos e atenção dedicada aos alunos do Programa, agradeço especialmente a Nancy e sua sempre boa vontade em resolver meus “pepinos”.

E, finalmente, ao meu companheiro, meu amado Rodrigo Cardoso Soares de Araújo que foi peça fundamental no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço, especificamente por compreender os dias difíceis e a distância. Obrigada pelo respeito acadêmico com que sempre se referiu à esta pesquisa e pelas leituras consecutivas e cautelosas que me ajudaram em sua finalização.

Resumo

Pinto, Camila Moura; Brandão, Rosaly Hermengarda (orientadora). **Grêmios Escolares e novos caminhos participativos: um estudo de caso.** Rio de Janeiro, 2013, 172p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Pesquisas acadêmicas na área de juventude e política vêm apontando que a via política tradicional tem sido rejeitada como caminho participativo pela grande maioria dos jovens brasileiros. Também suas causas e bandeiras, de acordo com as mesmas reflexões, vão adquirindo ação mais local, destacando-se forte atuação nos bairros, vizinhanças e nas escolas, configurando novos espaços e formas de engajamento. Partindo destas colocações, esta pesquisa buscou compreender o atual significado dos grêmios estudantis, visto que essas associações são historicamente conhecidas por abrigarem as primeiras experiências e vivências políticas da juventude. Buscando enfatizar os sentidos atribuídos pelos próprios jovens ao grêmio, a pesquisadora escolheu como metodologia de pesquisa o estudo de caso junto a um grêmio atuante em uma “escola confessional” católica do Rio de Janeiro, utilizando como referencial metodológico, Robert Yin (2010). O conceito de política utilizado procurou relacionar três concepções da mesma, a saber: a relação amigo-inimigo (BOBBIO, 1986), como estratégia de convivência (PARO, 2002, 2010) e como ação transformadora, oriundo das opiniões dos próprios sujeitos da pesquisa. O grêmio foi compreendido enquanto organização política, pois levou em consideração a dimensão política de suas atividades, destacando a relação entre a entidade estudantil e uma das coordenações do colégio, assim como a negociação por espaços de atuação dentro da escola, compreendidas enquanto uma situação de “Jogo Político” escolar. Por afastar-se de concepções que limitam o significado político do grêmio à sua vinculação ao movimento estudantil, a pesquisadora acredita que o estudo amplia o entendimento acerca da interface entre juventude, política.

Palavras-chave

Juventude; Política; Grêmios Escolares.

Abstract

Pinto, Camila Moura; Brandão, Rosaly Hermengarda (Advisor). **Student associations in schools and new participative paths: a case study**. Rio de Janeiro, 2013, 172p. Master's Dissertation – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Academic research in the area of youth and politics have pointed out that the traditional political path has been rejected as a participatory way by the vast majority of young Brazilians. Also causes and flags, according to the same reflections, acquire more local action, especially strong presence in neighborhoods and schools, setting up new spaces and forms of engagement. Based on these settings, this research sought to understand the actual meaning of student societies, because these associations are historically knowing for harboring the first 'experience and youth policy. Seeking to focus on the meanings created by the young people themselves, the researcher chose as research methodology case study in a "religious school" Catholic of Rio de Janeiro, using the methodological framework, Robert Yin (2010). The policy concept used three conceptions: the relationship friend-enemy (BOBBIO, 1986), as a strategy of coexistence (PARO, 2002, 2010) and transformative action, arising from reviews of the subjects of the research. The student association was understood as a political organization because the focus of research took the political dimension of their activities, especially the relationship between the students and the coordination of the school. This situation was understood like "Political Game" school. This research move away from traditional conceptions that limit the concept of politics to political institutions. The researcher believes that the study extends the understanding of the interface between youth policy.

Keywords

Youth; Politics; Grêmios escolares.

Sumário

Introdução	10
1. Interface juventude e política: novos caminhos participativos	21
1.1. Por que estudar os grêmios escolares nos dias de hoje	21
1.2. Política e “juventudes”: balanço da produção acadêmica (1980-2006)	27
1.3. Novos caminhos participativos ou trilha para a alienação?	37
2. Explorando campos possíveis: a escolha do Spoleta 2.0 como o caso particular	44
2.1. O caso particular como objeto desta pesquisa	46
2.2. A escolha do grêmio	48
2.2.1. A “instituição pública federal”: aproximação, eliminação e contribuições	49
2.2.2. Os dois “mini estudos”.	54
2.2.3. A escolha do grêmio: condições facilitadoras de permanência no campo	74
3. Para uma história política do Spoleta 2.0	78
3.1. As rodas de conversas e a política ressignificada como ação transformadora	81
3.2. A política enquanto estratégia de convivência e relação amigo-inimigo	90
3.3. Do engajamento ao “simpático controle”: A história política do Spoleta 2.0	96
4. Espaços de ação do Spoleta 2.0: a manifestação do “Jogo Político” escolar em novos caminhos participativos no interior de	

sua escola	109
4.1. Observação, entrevista e material complementar de pesquisa: o tripé empírico	110
4.2. Entrada no jogo: submissão ao controle	113
4.3. O “Jogo Político”: caracterizações e representações junto aos seus jogadores	123
4.4. O “Jogo Político” escolar: espaços de atuação em disputa	129
4.4.1. Festa junina como espaço de resistência: a gincana	131
4.4.2. O SISV como espaço de confrontação: o jogo burlado	135
4.4.3. A Semana Política como espaço de concessão	142
5. Considerações Finais	147
6. Referências Bibliográficas	153
6.1. Lista de sites consultados na internet	159
6.2. Referência dos filmes utilizados	160
7. Anexos	161

Introdução

Arrisco-me a dizer que é comum, seja em conversas informais, seja em rodas de amigos, certo tom nostálgico ao resgatarmos no bate-papo, a efervescência cultural e política dos anos 60. Especialmente quando o assunto envolve a atuação política da juventude, não seria impróprio colocar que os registros históricos e midiáticos da “geração de 68”¹ ajudaram a construir um imaginário positivo, tendo como consequência a construção de uma determinada visão sobre a interface entre juventude e política. O imaginário calcado relaciona-se à busca por uma utopia, manifesta por ideais revolucionários e de transformação social, cultural e política, flagrantes e presentes no dia a dia dos jovens à época.

Eduardo Galeano, ao fazer um balanço da “geração de 68”, coloca que:

“Com muito sangue, com muitas lágrimas, aprendemos que o tempo da história não é o nosso tempo. Que a história é uma senhora lenta, caprichosa, às vezes louca, muito difícil, muito complicada, muito misteriosa. Muito mais misteriosa do que nós cremos que seja. E que não nos dá a mínima bola. Que não nos obedece. Por que o tempo dela é um tempo infinitamente maior que o tempo da vida de cada um de nós. Nossa geração foi muito arrogante nessa tentativa de reduzir a história a seu tempo. Mas, por outro lado, isso estava também marcado por uma linda necessidade de criar outro mundo. De criar outro mundo e criá-lo com urgência”.²

As passeatas, os gritos dos estudantes e uma juventude engajada cristalizaram-se no imaginário social³ como referência de atitude e participação política. Nos anos de 1960 e 1970, o enfrentamento da repressão, falta de liberdade

¹ Com o mesmo cuidado de Ventura (1991), ao estudar um importante autor do século XIX, utilizo aspas ao referir-me a “geração de 68”. De acordo com ele: “Para estudar Sílvia, o polemista, enfoquei também os seus interlocutores, que foram não só numerosos, como representativos das posições culturais e científicas então dominantes. Seus debates mostram que há muitas semelhanças, mas também diferenças, entre os membros de um mesmo período ou geração. Coloquei, assim, “geração de 1870” sempre entre aspas, para evitar a ilusão de unidade de grupo ou homogeneidade de época” (VENTURA, 1991, p.10).

² Trecho de um depoimento retirado do filme *Utopia e Barbárie* (2005), dirigido por Silvio Tendler.

³ “Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns” (BACZKO, 1985, p.309). Para maior aprofundamento sobre o conceito de imaginário social conferir BACZKO, 1985, p. 296-332.

de expressão, da violência da tortura e da resistência armada contra as sucessivas ditaduras militares tiveram peso significativo na América Latina, incluindo o Brasil. Ao mesmo tempo festivais de rock, cabelos compridos e uma notável luta pela ampliação da liberdade sexual caracterizavam os jovens daquele tempo, como uma juventude contestadora dos valores morais e culturais instituídos. Neste sentido, seja pela oposição e inquietação política, seja pela necessidade de mudança dos paradigmas culturais e sociais, os jovens dos anos 60 entraram para a história como atores revolucionários e transformadores.

“Fomos tudo. Incrível. Separatistas, independentistas, monarquistas, monarquistas-associacionistas. Começamos existencialistas. Lemos Sartre e Camus. Depois lemos Frantz-Fanon e viramos anti colonialistas. Lemos Marcuse e nos tornamos marxistas... Marxistas-leninistas. Trotkistas. Maoístas. Depois, lemos Soljenitsyn e mudamos de ideia. Nos tornamos estruturalistas. Situacionistas. Feministas. Desconstrucionistas. Será que houve algum “ismo” que não cultivamos?”⁴

Também é recorrente em depoimentos, livros, documentários, filmes, séries de TV e na internet a presença do mesmo sentimento e tom nostálgico sobre aquele tempo. Na maioria das vezes, as pessoas referem-se aos ideais de revolução, transformação, indignação, inconformismo e rebeldia no passado, como se eles pertencessem a uma utopia perdida, à uma geração de jovens que não existe mais.

Em uma experiência virtual, publicada pelo jornal O Globo em 16 de janeiro de 2010, o senador Cristovam Buarque dirigiu-se aos seus seguidores do twitter da seguinte maneira: “@Sen_Cristovam: Ouvi, há pouco, de um jovem: "não tenho amigo com ideais". O que vocês, jovens, acham deste desabafo?”⁵ De acordo com o senador foram registradas aproximadamente 200 publicações e no conjunto das respostas, a grande maioria concordava com a opinião inicial de que a atual geração de jovens não possui ideais.

Algumas considerações merecem destaque:

'@marlonjlma: Concordo plenamente. Os últimos 8 anos apagaram toda a ideologia ou busca de ideais. O lema é: pagando bem que mal tem?; @DorgivalJR: Sou Qualificador Profissional do Pro-Jovem e eles falam sempre que estão "deixando a vida me levar", mas para onde?; @giordanobr: Triste, porém atual. Mostra como a minha geração está desnorteada,

⁴ Trecho retirado do filme *Invasões Bárbaras*, lançado em 2003, dirigido por Denys Arcand.

⁵ Disponível em:

http://cristovam.org.br/portal3/index.php?option=com_content&view=article&id=3420:ideais-da-juventude-o-globo-1612010&catid=154:artigos&Itemid=100139.

sem rumo e sem objetivos. O sonho está acabando”.

@Alexandredantas: Acho isso comum. Ninguém mais tem aqueles ideais de antigamente. Ninguém mais tem aquele desejo de mudar o mundo, é uma pena;
@josietemendes: As pessoas no geral estão com preguiça de pensar. E nos jovens vejo, além disso, eles têm preguiça de ler, pesquisar...'

Outros relatos chamam atenção para o fato de que o problema poderia não ser apenas desta geração ou da juventude de forma geral: “@Cesaurio: Pouca gente tem ideais hoje em dia. Mas, será que muita gente os tinha nos anos de 1960?
@allenfranco: Não são apenas pessoas jovens que têm estes problemas, muitos de seus colegas no Senado também têm este "problema" em comum”.

Contudo, alguns insistem que os ideais ainda estão presentes, porém sinalizam que a atual conjuntura da sociedade não oferece oportunidades e não dá condições para que eles apareçam:

'@lovingunme: Creio que ele não tenha os amigos ideais. A juventude não está perdida, há quem permaneça na luta, na militância;

@pjrecords: Esse cara é que não tem ideais, todo mundo tem objetivos, só que não são compreendidos. Talvez por ignorância nossa'.

A maioria destes exemplos, assim como os depoimentos utilizados por Silvio Tandler, no filme, *Utopia e Barbárie* de 2003, citados anteriormente, tendem a elucidar uma representação ideal dos jovens, caracterizados como sonhadores, portadores de certo idealismo, de um engajamento revolucionário. Esta concepção une-se às definições que sugerem a existência de uma essencialidade juvenil, manifesta, principalmente em uma vontade latente de transformação. Esta visão acaba refletindo nas representações que muitos possuem sobre a atual geração, que comparada aos “heróis de 68”, perde brilho, potência, tornando-se estigmatizada como alienada, sem rumos e sem ideais.

Diante dessas imagens idealizadas questiono-me sobre o real engajamento político da juventude, tanto do ponto de vista de sua mobilização, quanto de suas ações, lutas, ideais e valores, assim como o que move seu engajamento e suas reivindicações, suas bandeiras, ou até mesmo em nome de quais ideais estarão construindo suas lutas. Pergunto-me, igualmente sobre o lugar das instituições de ensino e seu papel na formação, vivência e experiência política dos jovens, partindo do princípio de que a escola, como espaço de construção das mais divergentes relações sociais e de poder, poderia apresentar-se como local propício à

manifestação do político.

Historicamente, construiu-se a imagem do grêmio de estudantes como espaço destinado à ação política dos alunos de uma escola. A entidade estudantil representaria deste modo, uma das primeiras vivências políticas da juventude, sendo central na formação política de seus integrantes. Levando em consideração este aspecto questiono-me, especificamente, sobre o significado dos grêmios escolares para a atual geração de jovens, procurando, a partir de um estudo de caso, compreender como a política poderia estar inserida nas atividades cotidianas do grêmio.

A investigação partiu da hipótese de que há uma dimensão política atrelada às práticas e relações sociais estabelecidas entre a entidade estudantil e sua escola, em específico entre o grêmio e uma das coordenações do colégio. No caso estudado, enfoquei as situações de negociação e conflito entre eles e, conforme a pesquisa de campo tomava corpo, pude compreender que era possível olhar para a instituição de ensino não apenas como um espaço pedagógico ou de restrito a formação dos jovens, mas como propício à manifestação do político, ampliando-a como local de vivência e experiência política de seus alunos. Ao final do estudo compreendi que o colégio era o território central das ações políticas do grêmio e que seu significado só poderia ser apreendido observando-se os pequenos “jogos políticos” travados no interior do espaço escolar.

Para atender a especificidade do objeto de pesquisa, adotei uma concepção ampliada de política, procurando não restringi-la às vias tradicionais de participação, ou seja, àquelas relacionadas ao voto, à filiação partidária, às dicotomias esquerda/direita ou, no caso dos secundaristas, sua mobilização via o movimento estudantil, como únicas possibilidades legítimas de luta política dos jovens. O estudo de caso amparou-se, desta forma, nos referenciais teóricos de Bobbio (1986), que resgatou em sua definição de política, a ideia original de Carl Schmitt (1992) em que a mesma coincide com a relação amigo-inimigo; e Vitor Paro (2002, 2010), cuja política aparece definida como estratégia de convivência, ou seja, própria das relações sociais construídas em ambientes institucionais, consequentemente presentes, também nas instituições escolares, que por organizarem-se de forma administrativa e hierárquica, configuram-se, também por posições de poder.

No caso específico estudado, as negociações em torno dessas posições

representavam a luta por espaços de atuação na escola, revelando a existência de um conflito latente, que embora não direto e não combativo, envolvia dois lados opostos em disputa: dois grupos antagônicos disputando um território de ação. Situação esta compreendida sob a imagem de um “Jogo Político” escolar, em que o grêmio e uma das coordenações do colégio, mais especificamente a Coordenação Pastoral (C.P), disputavam espaços de ação dentro da escola.

Outro ponto característico da configuração específica encontrada, diz respeito ao pano de fundo em que a configuração desta situação de jogo se desdobrava, fruto direto da própria estrutura administrativa e pedagógica da instituição de ensino, categorizada pelo termo “simpático controle”. Esta expressão foi criada com o intuito de compreender o arranjo organizacional particular da escola e suas implicações nas atividades e atuação do grêmio. As categorias em tensão controle/liberdade compunham as características centrais da cultura escolar da instituição de ensino pesquisada. De acordo com Filho et.al. (2004), a cultura escolar pode ser considerada como tudo aquilo presente no interior do espaço escolar relacionada tanto ao que remete à cultura da escola, incluindo nela, os currículos, projetos educacionais e conteúdos escolares, assim como tudo aquilo que é próprio das relações humanas e das trocas culturais presentes nas instituições de ensino. Neste sentido, a cultura escolar é aquilo que se apresenta como características específicas e particulares, próprios de cada colégio, cada ambiente escolar. No caso da escola pesquisada sua cultura escolar revelou uma forte tensão controle/liberdade presente nas interações e relações sociais entre os jovens e as demais esferas escolares.

A pesquisa buscou compreender, principalmente, a manifestação do político nas relações sociais estabelecidas entre a associação estudantil e membros da comunidade escolar, indo além do sentido de politização tradicional, manifesto, por exemplo, no pertencimento ao movimento estudantil ou à quaisquer instâncias políticas ou representativas dos estudantes. Isto significa reconhecer o cotidiano como espaço propício a participação, no sentido de possibilitar a construção e a troca de experiências políticas. Sobre este ponto de vista, estou de acordo com Schmitt (1992) que ao conceituar o político, o coloca como inerente aos comportamentos humanos, inserido no leque de possibilidades de ação dos sujeitos, podendo manifestar-se nas mais variadas relações sociais, nos mais distintos espaços de convivência entre as pessoas. “(...) a equivalência estatal =

político mostra-se incorreta e enganosa, na mesma medida em que o Estado e sociedade se interpenetram, todos os assuntos até então políticos, tornam-se sociais e vice-versa (...)” (SCHMITT, 1992, p.47).

A partir desta perspectiva ampliada do conceito de política, questiono-me sobre sua manifestação no interior das instituições de ensino, visto que a escola, além de ser organizada com o fim de educar, também é um espaço de socialização, de trocas culturais, assim como de formação ética e moral, logo, propícia à manifestação do político. O estudo buscou chamar atenção para uma prática muito mais abrangente e não linear de formação política do que determina a legislação educacional do país ao focar a importância da formação para a cidadania. Neste sentido, mais do que uma instituição social com a função de formar e socializar os indivíduos, a escola foi considerada como espaço sócio-cultural (DAYRELL, 1999), ou seja, lugar do encontro, das trocas de experiências, de intercâmbio cultural e das interações sociais.

Levando em consideração esta concepção de escola, a investigação teve como enfoque as trocas e interações sócio-culturais, travadas no interior da instituição de ensino, valorizando sua dimensão política. Assim, as diversas situações de negociação, conflito, alianças e rupturas, que envolviam a entidade estudantil e outros grupos do colégio foram compreendidas como manifestação do político no cotidiano escolar.

Um ponto em particular merece destaque: no estudo de caso, a estrutura administrativa do colégio, revelou-se um dos aspectos centrais na compreensão do significado do grêmio para os estudantes, pois havia um “peso” “burocrático” e “institucional”⁶, representado pela Coordenação Pastoral da escola, que influenciava a organização e realização das atividades do grêmio. O setor ocupava uma posição de mediação e interlocução entre o grêmio e os demais setores e coordenações do colégio. Em suma, todas as ações do Spoleta 2.0, nome fictício dado ao grêmio, deveriam ser negociadas e organizadas junto à C.P. Do ponto de vista dos estudantes este arranjo organizacional colocava o grêmio em uma situação de dominação e controle. Desta maneira, ao encontrar-se em uma posição de subjugado à Coordenação Pastoral, o Spoleta 2.0 assumia, no interior da instituição de ensino a posição de seu adversário político.

⁶ As aspas justificam-se por que estas expressões foram utilizadas pelos estudantes na caracterização da Coordenação Pastoral.

Foi observado, também, que a quase totalidade de suas ações eram centralizadas no colégio. Palestras, assembleias, concursos literários, competições de música, apresentações de peças teatrais, debates com candidatos à cargos públicos, são apenas alguns exemplos de eventos organizados por seus integrantes. Todas elas tiveram como palco sua escola e carregavam em si forte dimensão política. “A essência da política consiste em (...) luta, recrutamento de aliados e de seguidores voluntários” (Schmitt, 1992, p.44). Estas ações foram interpretadas como políticas, pois eram fruto dos processos de negociação e conflito que envolviam tanto estratégias de convivência (PARO, 2002, 2010), por parte dos dois lados, quanto da relação amigo-inimigo (BOBBIO, 1986), que ora pacífica e cooperativa, ora tensa e conflituosa, marcava tanto às interações dos alunos do grêmio com a C.P quanto com os demais membros da comunidade escolar⁷.

Dado este quadro, a instituição de ensino foi compreendida sob a imagem de um tabuleiro, um território em disputa, onde o grêmio competia por maior liberdade de ação e organização. Chegou-se a conclusão de que as práticas sociais do Spoleta 2.0 adquiriam dimensão política, a medida que a entidade trilhava diferentes caminhos participativos no interior de sua escola, almejando atenuar a sensação de dominação que sentiam, fruto da própria estrutura organizacional do colégio, resultado do “simpático controle” a que, institucionalmente, estavam submetidos.

Compreendi desta maneira, que seja na posição de conflito, seja nas situações de negociação e concessão, o que ditava a tônica da dimensão política das ações do Spoleta 2.0, era a procura por brechas de atuação, que representavam a construção de novos caminhos participativos no interior da escola, que tinham como meta transformar sua realidade, imersa de dominação, tal como colocada pelos estudantes nas entrevistas.

Deste modo, vale reforçar que a situação particular estudada caracterizava

⁷ De acordo com o site do colégio, o grêmio, assim como a Associação de Pais e Mestres, as Coordenações Pedagógicas do Ensino Fundamental e Médio, a Direção entre outros setores da administração escolar, compõem a comunidade escolar, onde cada um possui papel decisivo na formação dos alunos. O espaço é organizado administrativa e institucionalmente com a finalidade de educar para a transformação social. Este objetivo é expresso em diferentes documentos, tais como Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico da escola, em folders de propaganda, em folhetos explicativos etc. No mesmo site há referência àquilo que a instituição de ensino denomina de apoio pedagógico, formado pelos Grêmios, Associação de Pais e Mestres, Associação de ex-alunos, Bibliotecas e cursos extra-classe.

um tipo de manifestação do político que se aproximava das concepções de Carl Schmitt (1992), que definiu a política como essencialmente definida a partir das relações amigo-inimigo (BOBBIO, 1986); e em estratégias de convivência presentes nas relações sociais construídas em ambientes institucionais, tal como a definiu Vitor Paro (2002, 2010). Também a política como atitude transformadora, tal como a definiu os próprios jovens, foi considerada como importante critério de definição da política utilizada na pesquisa.

Isto significa dizer, de certa forma, que os caminhos participativos trilhados pelos jovens pesquisados na transformação de sua realidade escolar, acabavam por questionar a estrutura administrativa, organizacional e a própria burocracia escolar, tentando modificá-las, o que foi entendido como possuindo forte dimensão política. Na visão dos estudantes, os diferentes setores de seu colégio, por estarem dispostos, hierarquicamente, influenciavam as ações do grêmio, “burocratizando-as”. A organização administrativa da escola, tal como se apresentava, representava para os integrantes do Spoleta 2.0 uma situação latente de conflito, visto que, sua posição nesta hierarquia encontrava-se subjugada, primeiramente à Coordenação Pastoral, tornando-a seu oponente político direto.

Devido a esta configuração em particular, as observações de campo e análises do material empírico da pesquisa enfocaram a relação da entidade estudantil com esta coordenação, buscando compreender como eram negociados e construídos os espaços de atuação do grêmio na instituição de ensino, buscando reconhecer sua dimensão política, assim como os caminhos e brechas percorridos pelos jovens na transformação de sua realidade escolar. Por buscarem mudanças em sua experiência escolar, através da conquista de maiores espaços de atuação e autonomia na organização de suas atividades, os integrantes do grêmio foram considerados sujeitos políticos atuantes em sua realidade. Neste sentido, o “Jogo Político” escolar ganhava vida nos conflitos cotidianos e na construção de caminhos participativos no interior da escola.

O primeiro capítulo procura situar o leitor em uma discussão recente sobre juventude e política presente em pesquisas acadêmicas sobre o tema. Busca com essas referências, a partir da consulta de dois levantamentos sobre a produção do conhecimento da temática juventude no Brasil, ambos organizados por Sposito (2002, 2009), desmitificar como modelo a participação e mobilização política da “geração de 68”, assim como a centralidade do movimento estudantil como

termômetro da atuação e participação política dos jovens. Problematisa, desta maneira, o sentido de ação, participação e atuação política referenciada por esses canais de participação, a partir de uma revisão de literatura que possuiu como foco a interface entre juventude e política contida nesses levantamentos. No caso estudado, esta interface teve na escola seu elo fundamental, pois as principais ações do grêmio concentravam-se na disputa por espaços de atuação dentro do colégio. Submetidos à situação de “simpático controle”, os jovens pesquisados tinham como principal bandeira política a integração dos estudantes como meio de ampliar seus espaços de atuação na instituição de ensino. Esta estratégia, por exemplo, foi considerada como trilhar novos caminhos participativos, atitude considerada política, pois procura atuar nas brechas, nos lugares possíveis e não apenas nos canais tradicionais de atuação e engajamento. Por pressupor dois lados disputando um território de ação, a partir de “regras” talhadas na diplomacia e negociação a situação estudada revelou-se metaforicamente como um “Jogo Político” escolar, onde relações de poder são questionadas, buscando sua transformação. Contudo este ideal transformador não procura romper com a estrutura política da sociedade, tal como os “heróis de 68”, mas almeja e persegue a modificação de sua realidade local, seu cotidiano, o que faz parte do presente vivido do grupo de jovens pesquisado.

O segundo apresenta a escola e o grêmio pesquisado, assim como a metodologia utilizada na escolha dos mesmos, visto que esta seleção foi feita a partir de “miniestudos” (YIN, 2010) englobando duas escolas, incluindo-se a pesquisada, como campos possíveis de investigação. Esta etapa foi denominada “fase exploratória” da pesquisa e levou em consideração os Boletins SOCED dos anos de 2005, 2006 e 2007, locais da publicação de investigações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação (SOCED), coordenado pela professora Zaia Brandão da PUC-Rio. Os “miniestudos” também englobaram alguns dados produzidos por pesquisas feitas pelos integrantes do grupo de 2002 à 2006, acerca da produção da qualidade do ensino nas escolas de maior prestígio do Rio de Janeiro. Vale adiantar, no entanto, que no início da pesquisa, a ideia era realizar três “miniestudos” exploratórios, englobando três distintos perfis institucionais, sendo, uma escola pública federal, uma escola confessional católica e uma escola “alternativa”. Contudo, foi constatado que o colégio federal não possuía grêmio atuante, impossibilitando-o de compor a fase exploratória da

pesquisa.

O terceiro capítulo é dedicado tanto a apresentação da história política do Spoleta 2.0, possível de ser contada graças à fase exploratória da pesquisa e aos “miniestudos” a ela relacionados. Também dedica-se a apresentação da concepção de política que norteou as reflexões e compreensões construídas sobre a unidade investigada. Nesta caracterização ganharam destaque as visitas preliminares às três instituições com diferentes perfis institucionais que obtiveram como resultado a transcrição do áudio de três rodas de conversas ocorridas na ocasião. A opinião dos jovens nesses círculos de bate-papo são particularmente interessantes, pois expõem uma compreensão e interpretação própria dos grupos sobre a definição e caracterização de política nos dias atuais, que apesar de suas diferenças de perfis educacionais, mostraram-se bastante próximas. A proximidade das visões sobre a definição de política sugeria a existência de um senso comum entre os jovens que deveria ser levado em consideração nas minhas análises.

As rodas procuraram seguir um mesmo formato de discussão, referenciadas por um roteiro amplo de questões colocadas aos grupos. A partir dos registros das falas dos estudantes foi possível caracterizar a política como ação transformadora, como meta específica que busca atingir uma realidade pontual, um determinado problema. A política também foi definida pelos estudantes como estando presente nas mais diversas relações sociais, de forma ampla na sociedade e não restrita ao Estado ou aos partidos políticos. Ao final do capítulo procuro definir, portanto, o conceito de política que direcionou minhas interpretações sobre a empiria produzida em campo, utilizando tanto as falas dos jovens que participaram dos círculos de bate-papo, quanto as referências teóricas de Bobbio (1986) e Paro (2002, 2010), já mencionadas.

Por fim, será apresentado o estudo de caso propriamente dito, construído a partir de diversas fontes de evidência (YIN, 2010) reunidas através de vasto material empírico de pesquisa, incluindo além de observação e entrevista, registros fotográficos e de áudio, além de fontes documentais, como o Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico da Escola, o Estatuto do grêmio, jornais produzidos pelos estudantes etc. Usando como orientação e referência o conceito de política apresentado no terceiro capítulo, procurei observar o significado do grêmio para os estudantes partindo de sua dimensão política, focando as negociações envolvidas na realização de suas atividades. Este enfoque possibilitou

compreender o Spoleta 2.0 como Organização Política, um grupo político dentro da escola, que tinha como principal linha de atuação a diplomacia. Também foi observado que os estudantes utilizavam-se de diferentes caminhos participativos por meio da construção de diferentes espaços de atuação no interior de seu colégio, o que os colocava em uma posição política participativa, pois atuante em sua realidade específica. Analisei, especificamente, três desses espaços, a saber: a festa junina como espaço de resistência, o SISV (Simulações ONU-Junior) como local de confrontação e a Semana Política, enquanto território de concessão.

Procurei, nesta pesquisa, reconhecer e analisar a dimensão política de atividades realizadas pelo Spoleta 2.0. De acordo com meu ponto de vista, dadas às condições específicas observadas, a relação entre o grêmio e a Coordenação Pastoral, era construída dentro de um “Jogo Político” escolar. Jogo este atravessado pela situação de “simpático controle” em que os jovens sentiam-se dominados pela C.P, cujas diferentes brechas de atuação representavam a construção de novos caminhos participativos que buscavam a transformação de sua realidade escolar, característica compreendida como possuindo forte dimensão política.

Neste sentido, a situação específica encontrada na pesquisa de campo possibilitou a construção de uma compreensão intrínseca sobre a interface entre um grupo de jovens e a política que não restringe sua ação, sua atuação, sua experiência e sua vivência política aos espaços “tradicionais” de engajamento. Foi observado, desta forma, que o cotidiano escolar pode propiciar a manifestação do político, a partir das trocas, interações e das relações sociais estabelecidas entre os membros da comunidade escolar, sendo possível o reconhecimento da dimensão política fruto dessas interações.

1. Interface entre Juventude e Política: novos caminhos participativos

1.1. Por que estudar os grêmios escolares nos dias de hoje?

Os grêmios escolares são entidades estudantis asseguradas legalmente, salvaguardadas pela Lei nº 7.398, de novembro de 1985, que dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus (atuais Ensino Fundamental e Médio) e que assegura aos estudantes o direito de se organizarem em entidades representativas. É conhecida como a “Lei do Grêmio Livre”. Vale ressaltar que este direito também é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, inciso IV, que garante o direito de crianças, adolescentes e jovens de se organizarem e participar de entidades estudantis representativas. São também reconhecidos, historicamente, como espaço de atuação e vivência política de jovens secundaristas, além de fortemente relacionado ao movimento estudantil.

Os grêmios escolares e sua representação como importantes locais de atividade política estudantil teve na década de 1960 seu marco importante, reforçado pela mídia anos posteriores. No Brasil, essa imagem pode ser vista nas séries de televisão “Anos Dourados” e “Anos Rebeldes”, que foram ao ar, respectivamente em 1986 e 1992. Ambas tinham como protagonistas estudantes secundaristas. Na primeira, exibida logo após a redemocratização brasileira, a juventude representava idealmente a esperança no futuro e a modernidade, remetida aos anos 50, período do desenrolar da trama, considerado de forte desenvolvimento no país. A segunda teve como protagonistas os “estudantes revolucionários” e foi ao ar no mesmo ano em que o movimento estudantil se destacava nas lutas pelo impeachment de Collor (KORNIS, 2011). As imagens das séries de TV são um exemplo de como estudantes uniformizados engrossando passeatas contra o regime militar e lutando contra a ditadura com armas, ajudaram a consolidar uma imagem de juventude revolucionária e dos grêmios atuantes nas escolas como espaço de mobilização, politização e engajamento político dos

jovens secundaristas.

Em nosso país, os grêmios escolares foram postos na ilegalidade, após o golpe civil-militar de 1964. Neste mesmo ano, na data de nove de novembro, entrava em vigor a Lei nº 4.464, conhecida como “Lei Suplicy de Lacerda”, que fechou tanto a União Nacional dos Estudantes, quanto as Uniões Estaduais dos Estudantes, que passaram a atuar na ilegalidade. Com relação aos grêmios de estudantes, sua atuação também foi proibida, sendo substituídos pelos Centros Cívicos, que sob jugo militar, controlavam as associações estudantis. De acordo com Vladimir Palmeira, um dos mais importantes líderes estudantis da “geração de 68”, na cidade do Rio de Janeiro, a Lei era um “verdadeiro engano, uma coisa horrível”⁸.

Diante da situação de ilegalidade das entidades estudantis trazida pela implantação da “Lei Suplicy de Lacerda” é possível pensar que o local que antes abrigava as primeiras experiências políticas dos jovens secundaristas começava a passar por um crescente processo de “despolitização”, visto que os Centros Cívicos, apesar de comporem uma associação estudantil não tinham uma atuação autônoma. Nas escolas públicas, por exemplo, eram eleitos orientadores que seriam responsáveis pelas atividades dos Centros Cívicos, cuja principal missão era a formação dos futuros cidadãos da pátria brasileira. A atuação política dos grêmios, deste modo, relacionar-se-ia à missão pedagógica de formar para a atuação cidadã na nação brasileira. Vale acrescentar que juntamente com esta medida foram introduzidas, nos currículos escolares, as disciplinas Educação Moral e Cívica e OSPB - Organização Social e Política Brasileira (HAUER, 2008). Deste modo, espaços antes ocupados pelos estudantes como locais de participação e atuação política, como os grêmios escolares tornavam-se, gradativamente, locais de aprendizagem e formação para a cidadania, ou seja, um local de atividade pedagógica e não um território autônomo de atuação.

Mesmo considerando as particularidades temporais que envolvem as concepções do grêmio à época do regime militar e a atual Lei do Grêmio Livre é possível reconhecer uma semelhança central entre elas: ambas tentam caracterizar os grêmios como um espaço de formação e não de vivência. Como um espaço

⁸ Trecho retirado de entrevista concedida ao CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, publicada em 2007 em coletânea de entrevistas organizadas em comemoração aos 90 anos de atuação do Centro Acadêmico.

pedagógico importante para a construção do futuro cidadão e como experiência política própria da juventude, relacionada às questões do presente vivido dos jovens. O papel pedagógico é flagrante na Lei nº 7.398, de novembro de 1985, que vinte e um anos após a implantação dos Centros Cívicos nas escolas, ainda regulamenta o funcionamento dos “Grêmios Livres”.

Observe o trecho a seguir, retirado da referida lei:

“Aos estudantes de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais”. (BRASIL, Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985, Art. 1º).⁹

Dentre suas finalidades, é possível entender que a formação política dos estudantes deve ser compreendida como sinônimo de civismo, o que limitaria a visão de participação política aos mecanismos tradicionais de representatividade e definiria ação política como patriotismo, restringindo a experiência política dos jovens à sua relação com a Nação, o Estado. O espaço do grêmio de estudantes, desta forma, ainda pode ser considerado fértil à promoção da cidadania, tal como as associações estudantis passaram a ser vistas após o regime militar. Seria, deste modo, a entidade estudantil ainda utilizada por instituições escolares como instrumento pedagógico?

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a mera existência de em grêmio estudantil é considerada quesito central no recebimento do Bônus Mérito em algumas escolas públicas. Este “bônus” visa “premiar” as instituições de ensino que tenham melhorado o desempenho escolar de seus estudantes, medida por provas e avaliações nacionais e estaduais. Devido a existência desta bonificação seria possível prever que em determinados casos, a própria existência de um grêmio na escola poderia incidir sobre seu significado para os estudantes, visto que a própria organização e atuação, hipoteticamente, poderiam virar um interesse dos professores e diretores do colégio e não de seus alunos. De acordo com Carlos (2006), a determinação de vincular o bônus à existência de grêmios nas escolas, apesar de aparentemente positiva tem levado diretores e coordenadoras a induzir os alunos a formarem agremiações e associações dentro dos prazos estipulados

⁹ Os grifos são meus.

pelas Diretorias de Ensino e Secretaria de Educação do Estado.

Segundo o decreto de número 48.486 de fevereiro de 2004, artigo 4º, inciso II, b, que decreta:

'b) ações desenvolvidas pela escola no ano letivo de 2003 – indicador será traduzido em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco) pontos e aferido mediante aplicação da Tabela 3 do Anexo I deste decreto, considerando:

- 1- existência de grêmio estudantil, desde que a última eleição tenha ocorrido entre 10 de fevereiro de 2003 e 31 de maio de 2003, com base em informações fornecidas pelo Dirigente Regional de Ensino (D.O. 10/02/2004, Anexo III)' (Apud, CARLOS, 2006).

Penso deste modo, que o conteúdo da lei, por priorizar os potenciais educativos da entidade estudantil acabaria empurrando para segundo plano o sentido que o próprio jovem dá ao grêmio e os usos que faz dele.

De acordo com Zibas et.al. (2006), o papel do grêmio de estudantes como “aliado” pedagógico ganhou visibilidade com a Reforma Curricular do Ensino Médio que, na década de 1990, reformulou as diretrizes nacionais da educação secundária. Referenciada pelas escolas norte-americanas, a valorização do lema “aprender fazendo” invadiu muitas escolas. Na instrumentalização do processo pedagógico adotada por muitas instituições de ensino, são valorizadas entre outras atividades a elaboração e a concretização de projetos, que estimulariam o protagonismo e o empreendedorismo juvenil, considerados como fundamentais para a educação, nos dias de hoje.

Neste ponto, o grêmio de estudantes passaria a ser considerado um lugar de destaque, por envolver os estudantes e integrá-los em projetos comuns, tendo como consequência o desenvolvimento de competências relacionadas ao civismo e ao protagonismo juvenil (ZIBAS, et.al. 2006). De acordo com o ponto de vista destes autores a elaboração e concretização de projetos tornaram-se necessidades educacionais nos dias de hoje, visto que, se exige, cada vez mais dos indivíduos uma atitude empreendedora e participativa perante o mercado de trabalho e à própria vida. A ação é valorizada como estratégia pedagógica, assim como a responsabilização e a autonomia.

No cenário atual é possível colocar que os grêmios escolares adquirem, então, duplo papel. Do ponto de vista pedagógico, apresentam-se como locais propícios ao desenvolvimento do protagonismo e do empreendedorismo, sendo

suas consequências para a formação dos jovens, ou seja, para seu futuro, valorizadas. Todavia, se tomados como grupos juvenis, os grêmios estudantis podem apresentar-se, igualmente, como locais de atuação política dos estudantes, relacionada à sua vivência política no presente. A participação política poderia deste modo, ser reconhecida nas atitudes cotidianas e nas práticas sociais dos jovens e não somente em espaços institucionalizados, como partidos ou instâncias representativas dos estudantes, como a UNE e a UBES, tendo a escola como locus possível dessa atuação.

Considero deste modo, que a compreensão do significado do grêmio de estudantes nos dias de hoje, deve levar em consideração dois aspectos: primeiramente, é importante observar o seu significado pedagógico, mais fortemente relacionado às instituições escolares e a formação dos jovens, a partir da promoção do civismo e do protagonismo. Em segundo lugar, deve ser incorporado a este fim, o sentido político do grêmio, mais fortemente vinculado aos estudantes e suas vivências acumuladas na experiência de integrar uma entidade estudantil, fruto das relações sociais e de poder que constrói no interior da instituição de ensino a que se vincula. Por isso, a política deve ser compreendida de forma ampla, relacionada a resolução de problemas pontuais, a reivindicações locais que, muitas vezes possuem como foco de ação (política) a transformação de sua própria escola.

Em matéria intitulada: “Grêmios fazem alunos pensarem no coletivo”, publicada no Jornal O Globo do dia 30 de outubro de 2012¹⁰, o significado do grêmio é relacionado a uma espécie de “reencantamento com a política”. A expressão, retirada da própria matéria, foi utilizada pelo cientista político Vinicius Codeço para caracterizar o significado dos grêmios escolares como um despertar dos jovens aos assuntos relacionados ao coletivo, ao bem comum, atitudes consideradas por ele como marcadamente políticas.

De acordo com a declaração do cientista político ao jornal:

'o grêmio ajuda na formação estudantil e cumpre um papel pedagógico ao ensinar adolescentes e jovens a reivindicar seus próprios direitos.

— É fundamental como primeiro contato com a política. Com a participação no grêmio, o aluno percebe que quanto mais coletivo for o projeto, maior é a chance

¹⁰ Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/niteroi/gremios-fazem-alunos-pensarem-no-coletivo-6586545>
Acesso em 31/10/2012.

de transformar as coisas'.

Na matéria, Codeço diz haver um desinteresse dos jovens pelas “formas tradicionais” de participação política. Afirma existir, nos dias de hoje, um “desencantamento” com a política, justificado pelo histórico de corrupção e impunidade em que boa parte dos políticos brasileiros está envolvida. Esta realidade, de acordo com sua visão, afasta os jovens da vida político-partidária. Ele afirma, no entanto, que a experiência e a vivência em um grêmio de estudantes pode revelar aos jovens uma nova forma de fazer política, mais ligada ao coletivo, aos interesses comuns dos estudantes e a um chamamento à responsabilização. O “reencantamento” com a política, colocado por ele, seria consequência desta nova concepção do que é público, que deixa de estar relacionado àquilo que é do Estado, para tornar-se àquilo que é do bem comum, do pertencimento de todos.

De acordo com a declaração de um dos estudantes, integrante do grêmio contatado pelo jornal, “a participação é um exercício de abdicação do próprio interesse para pensar no todo”.

‘É uma luta política que representa o estudante, mas que também mostra como devemos conviver com o outro. Debatermos questões como respeito à diversidade e a importância de conviver com quem é diferente’.

A matéria anunciou que vinte estudantes do grêmio de uma escola pública federal começaram um movimento de reivindicação e contestação devido ao aumento, considerado abusivo, nos lanches da cantina da escola. O boicote à cantina, iniciado por eles, teve a adesão de 600 alunos que pararam de consumir no estabelecimento durante uma semana. O resultado do protesto foi o reajuste aos preços antigos. O mesmo grêmio também organizou projetos contra vandalismo, visitas à diferentes orfanatos e asilos, além de campanhas de reciclagem e aulas para comunidades carentes. Essas ações, concentradas basicamente no interior de sua escola somaram-se a outras, que diziam respeito à questões do passe livre, passeatas, apoio e, muitas vezes, adesão à greves de professores etc.

O que chama atenção na matéria é o olhar direcionado aos grêmios estudantis, apontando novos significados e papéis da entidade na formação de

seus integrantes e nas próprias experiências que envolvem ser jovem. O protagonismo das ações dos estudantes foi encarado por Codeço como atitude política positiva, que visa ao bem comum, àquilo que é público, que pertence ao coletivo, apontando novos caminhos de participação e atuação política dos jovens. Contudo, ainda permanece cabível a reflexão sobre o significado que os próprios estudantes dão ao grêmio que participam, e, ainda o que compreendem por coletivo, pertencimento e se a escola onde atuam oferecem terreno propício à construção desses valores. Da mesma forma, é importante refletir acerca da dimensão política envolta nas relações construídas entre as entidades estudantis e as instituições de ensino, olhando para o interior da escola como espaço de ação e manifestação do político, parte do presente vivido dos jovens e não como mais uma ferramenta pedagógica utilizada na construção e sua formação para o futuro. Os grêmios escolares, deste modo, podem ser espaços relevantes de investigação acerca da interface entre juventude e política nos dias atuais.

1.2.

Política e “Juventudes”: balanço da produção acadêmica (1980-2006).

De acordo com Sposito (2000), as investigações sobre a juventude no Brasil, ganharam espaço nos meios acadêmicos a partir da década de 1960. A maioria dessas pesquisas tinha como parâmetro o modelo de participação juvenil construído por Marialice Foracchi (1965) em *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*.

“Inspirada em seus trabalhos [nos de Foracchi], a produção acadêmica, tanto na área da Educação como de Ciências Sociais, durante as décadas seguintes, tratou com menor frequência do tema [juventude], (...) mas com pouco vigor teórico e inovação ao tentar compreender as alterações dessas práticas nos períodos mais recentes, marcado por um gradativo enfraquecimento das formas tradicionais de mobilização e seu escasso poder de aglutinação de demandas e interesses do conjunto dos estudantes”. (SPOSITO, 2000).

As pesquisas sobre a participação política da juventude no movimento estudantil dos anos 60 são precursoras nos estudos sobre juventude no Brasil e durante muito tempo serviram como referência na compreensão da relação dos

jovens com a política. Pertencer ou não ao movimento, engajar-se ou não nas lutas contra a ditadura eram referências chave para “avaliar” o grau das ações e da participação política dos jovens. Mas, em pesquisas mais recentes, percebe-se que este ponto de orientação vai perdendo centralidade nos estudos sobre juventude e política. Esta mudança de paradigma é marcante em duas publicações que procuraram construir um estado do conhecimento sobre a temática da juventude no Brasil, a partir da reunião de teses e dissertações desenvolvidas entre 1980-1998¹¹ e 1999-2006¹², coordenadas por Marília Sposito (2002, 2009).

A partir da leitura desses levantamentos constatou-se que a interface entre juventude e política foi abordada de maneira diferenciada pelos pesquisadores ao longo dos anos. Essa descrystalização, de acordo com Sposito et. al. (2009) estaria relacionada à fatores que vão desde as mudanças estruturais e conjunturais históricas, até modificações conceituais nas áreas do conhecimento.

Já no primeiro levantamento, por exemplo, Sposito (2002) chamou atenção para a existência de um alongamento, nos dias de hoje, da transição da infância para a vida adulta, o que acaba por ressignificar a tradicional caracterização do “ser jovem”. Neste sentido, a transitoriedade da condição juvenil é inegável, o que se problematiza é como se constrói ao longo das gerações e suas diferenças ao caracterizar a juventude de uma determinada época. Deste modo, deve-se estar atento e procurar ultrapassar concepções de juventude que a restrinjam às características etárias, psicológicas ou biológicas que, procuram definí-la a partir de critérios universais, como idade, por exemplo. Ou até mesmo de concepções que procurem caracterizá-la como um estágio, uma passagem à vida adulta, em que ser jovem signifique preparar-se para o futuro. Outro ponto relevante é a conjuntura que relaciona o sentido de ser jovem com o meio em que as diferentes juventudes

¹¹ O primeiro levantamento: “Juventude e Escolarização” Sposito (2002) levou em consideração as investigações sobre juventude na área da Educação. De acordo com o mapeamento os trabalhos que tinham como objeto de pesquisa a juventude representavam 4,4% do total de pesquisas na área. Dentre estes trabalhos o tema “Participação Política” corresponde a 5,94%. As análises sobre este tema deram origem ao artigo “Participação Política dos Jovens” de autoria de Paulo Carrano (2002).

¹² O segundo levantamento analisou as produções acadêmicas sobre juventude entre os anos de 1999 até 2006 e além de abranger a área da Educação, incorporou as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e o Serviço Social. Na área da Educação, as pesquisas tiveram tímido aumento, passando de 4,4% no primeiro para 6% no segundo. Dentre estes trabalhos o tema “Cultura e Participação Política” (que remete aos estudos interessados na relação juventude e política) representa 4,4% do total de trabalhos analisados, sendo que este percentual é de 3,5% quando observadas as produções na área da Educação. As análises desse tema deram origem ao artigo “Estudos sobre jovens na interface com a política” de Spósito, et.al. (2009).

vivenciam o espaço social. Seria possível falar em uma “geração Y” ou uma geração “nem-nem”, sem observar a relação dos diferentes grupos juvenis com sua realidade? Buscando fugir de concepções restritas que privilegiam critérios universais de sua caracterização, alguns teóricos preferem caracterizá-la pelo termo “juventudes”.

O conceito privilegia a pluralidade e a multiplicidade, as diversas formas de “ser jovem”, valorizando o presente vivido e a diversidade cultural da juventude contemporânea. A ideia de diferentes estilos e maneiras de vivenciar a juventude e experimentá-la busca romper com concepções funcionalistas da estrutura social, cuja posição e papel atribuídos aos jovens na sociedade, englobariam, sobretudo, como já colocado, sua preparação à vida adulta. Assim, ao cumprir seu caminho de estudante, o então adulto, no fim de sua juventude, se tornaria um cidadão pleno, uma pessoa acabada.

Contudo, esta realidade não pertence à vida contemporânea que tem como princípio a insegurança e a instabilidade, consequência de mudanças vistas tanto na economia quanto no mercado de trabalho. A regularidade das fases da vida, que antes inseria o jovem numa espécie de direcionamento para a vida adulta, trilhado por sua formação escolar e inserção no mercado de trabalho começa a ser questionada e arrisco a dizer que aos poucos este caminho vai perdendo sentido. Hoje em dia, uma boa formação não garante um bom emprego, a vida adulta não traz estabilidade e não necessariamente o estudo chega antes do trabalho na vida de alguns jovens.

No cenário atual, portanto, torna-se difícil trabalhar com conceitos fechados que procuram delimitar através de categorias fixas um padrão na caracterização de determinado segmento social. No cenário brasileiro, diversos autores criticam o conceito Juventude utilizado no singular em busca de uma definição essencial e única da condição juvenil. Na opinião deles, conceituar o coletivo jovem seguindo apenas uma delimitação etária, ou somente por meio de características psicológicas e biológicas, é negar os processos individuais presentes na socialização dos jovens e as possibilidades de escolhas que os cercam.

Dayrell e Gomes (2012) em artigo intitulado A juventude no Brasil, apontam para a necessidade de ser considerada a existência de “juventudes”. Na concepção dos autores os jovens são tratados, principalmente na escola, incluindo-se seus dispositivos formais e legais de atuação, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases

da Educação) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) como um vir a ser, como ainda não formados, ainda não prontos. Esta concepção cria uma visão, muitas vezes única e estereotipada dos alunos. Insere-os numa concepção teórica de juventude, negando o presente vivido dos jovens como espaço válido de formação, bem como as questões existenciais que eles expõem, as quais são bem mais amplas do que apenas o futuro (DAYRELL & GOMES, 2012).

Entender a juventude como um processo de transição para a vida adulta gera uma tensão entre as gerações contribuindo para que adolescentes e jovens sejam reconhecidos como um “campo problemático”, onde as formas de socialização são vistas normalmente como difíceis e conflituosas. Uma sociedade organizada por adultos deposita nos jovens a responsabilidade de se prepararem para o futuro, usando a escola como veículo, muitas vezes negligenciando questões e problemas próprios de seu presente. Não estaria, portanto, uma concepção de grêmio atrelada à sua funcionalidade pedagógica reafirmando esta visão sobre o jovem?

Paulo Carrano (2010) problematiza o conceito de juventude a partir das mudanças estruturais da sociedade atual. Ele cita exemplos, como no caso da Itália, em que são considerados dentro da categoria juventude, indivíduos com até 34 anos, no Brasil a idade é de 29, até então. Chama atenção para a existência de uma contradição entre a aceleração dos ritmos trazidos pela modernidade e o prolongamento da juventude. Apresenta o processo como uma consequência direta da nova estrutura social, política e econômica atual. Esta realidade atinge em cheio os jovens contemporâneos, que ao completarem sua formação continuam, em sua grande maioria, dependendo financeiramente de seus pais. É o surto da chamada geração “nem-nem”, livre tradução do espanhol “ni-ni” (ni estudian, ni trabajan), dos jovens que não estudam e nem trabalham, índice em crescimento em diversos países, inclusive no Brasil. De acordo com o autor, em 2001, 22,5% dos jovens entre 18 e 20 anos encontravam-se nesta situação, sendo que em 2009 o número aumentou para 24,1% (o equivalente a 2,4 milhões de pessoas). Contudo, no mesmo período, houve diminuição na taxa de desemprego no país de 9,3% para 8,4%.

O problema ainda persiste, de acordo com “microdados” do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, publicados na pesquisa “Juventude, desigualdades e o futuro do Rio de Janeiro”, coordenada pelo professor Adalberto Cardoso, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De acordo com a investigação, cerca de um quinto dos jovens brasileiros, ou 19,5% dos 27,3 milhões de pessoas entre 18 e 25 anos, não estudam, não trabalham, não procuram emprego e dependem financeiramente dos pais. A pesquisa ainda revela que o número de mulheres nesta situação é quase o dobro do sexo masculino. No mesmo senso, utilizado como referencial na pesquisa, a economia brasileira havia crescido 7,5%.¹³

Diante desta conjuntura, o mercado de trabalho e o primeiro emprego tornam-se preocupações centrais na vida dos jovens exigindo deles uma conduta pragmática perante sua vida, no sentido de preocuparem-se cada vez mais e, cada vez mais cedo com sua inserção profissional, com sua aprovação no vestibular e com sua constante formação e “reciclagem”, visto o acirramento na busca por vagas de emprego. A relação escola e trabalho, neste sentido, torna-se ao mesmo tempo solução e problema na vida dos jovens, pois reafirma a essência da condição juvenil, preparar-se para o futuro, tendendo a deixar para segundo plano aspirações do momento presente, das próprias experiências juvenis. A ordem do dia é ser empreendedor, estar atento ao mercado e se capacitar cada vez mais. Esta forma de viver pode afastar os jovens da cena política, já que, se privilegia os projetos pessoais em detrimento do bem comum, do coletivo. Em contrapartida, é igualmente possível que esta situação também possa despertar o inconformismo gerando novas formas de atuação e participação, gerando novos caminhos participativos que poderiam remodelar a interface entre juventude e política, dado o contexto atual.

No primeiro levantamento sobre a produção do conhecimento sobre juventude no Brasil, organizado por Sposito (2002), gostaria de enfatizar as reflexões desenvolvidas por Carrano (2002) e destacar algumas de suas proposições de agendas de pesquisa para investigações que tenham como objeto a juventude e sua interface com a política.

Utilizando-se de critérios de análise estabelecido pelo próprio autor, não explicitado diretamente por ele, há uma divisão em dois blocos do conjunto analisado, composto por vinte e três trabalhos, sendo oito teses de doutorado e quinze dissertações de mestrado, defendidas entre o período de 1980 a 1998. Um

¹³ Informação disponível em:
<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Economia/Jovens-encontram-mais-chances-para-o-primeiro-emprego-17913.html>

deles refere-se à participação política da juventude relacionada ao movimento estudantil, tal como os moldes observados nos anos 60 e 70. De acordo com seu ponto de vista, estas pesquisas de uma maneira geral, privilegiavam a análise de entidades estudantis, suas práticas, representações e valores. Já o outro bloco é constituído das investigações que procuram compreender a interface entre os jovens e a política, fora do movimento estudantil, procurando inserir nas análises outros agenciamentos sociais educativos, em sua maioria composto por ONGs e projetos sociais e educacionais em geral, incluindo-se trabalhos voluntários em igrejas, orfanatos etc.

De acordo com o levantamento de Carrano (2002), entre 1980 e 1984, não foram encontrados registros de pesquisa sobre o tema: jovens e participação política, o que em sua visão, evidencia um silêncio sobre a questão nos primeiros anos de redemocratização política no país. Contudo, a partir de 1985 começaram a ser defendidos alguns trabalhos acadêmicos com enfoque histórico, procurando recuperar as mobilizações estudantis durante a ditadura militar. Nestas pesquisas a dicotomia engajamento/alienação é utilizada como parâmetro na compreensão da participação política da juventude, preocupadas, em sua grande maioria, em conferir a eficácia do movimento estudantil e da ação política dos jovens na transformação da sociedade. É nesse período, tal como colocado por Abramo (1997) que é construído, do ponto de vista acadêmico, um olhar idealizado sobre a “geração de 68”. No entanto, a partir de meados dos anos 90, já é possível encontrar análises que procuram abrir o debate considerando a existência de formas de ação e expressão política da juventude, para além de seu engajamento no movimento estudantil. Estes trabalhos procuram ampliar a busca por novos espaços de participação política, pois acreditam que focar apenas o movimento estudantil e sua adesão ou não pelos jovens é insuficiente para tratar das complexas e diversas questões que envolvem as reflexões sobre juventude e política.

O autor Marcos Ribeiro Mesquita (2003), por exemplo, considera que diferentemente de gerações anteriores o movimento estudantil deixa de ser o principal canal de expressão e participação política dos jovens, que se abre a novas bandeiras e formas de engajamento. De acordo com ele, o movimento não consegue aglutinar boa parte dos estudantes em assembleias, passeatas, fóruns deliberativos etc. De acordo com seu ponto de vista, o movimento estudantil em sua forma institucionalizada nas esferas da UNE ou da UBES, por exemplo, passa por uma

crise de representatividade manifesta em sua intervenção fragmentada e em sua pouca expressividade entre os estudantes. (MESQUITA, 2003). Seu trabalho é interessante, pois chama atenção para o gradual enfraquecimento do movimento estudantil como canal de participação política da juventude contemporânea, referência construída nas décadas anteriores.

Também relevante é a reflexão feita por Ann Mische (1997). A autora coloca que a principal diferença entre o movimento estudantil brasileiro dos anos 60 e 70 e nos primeiros anos da “Nova República”, relaciona-se à diferença de construção das identidades políticas juvenis. Seu argumento central é desenvolvido a partir da retomada dos estudos de Foracchi¹⁴, que analisa, de uma perspectiva funcionalista, o papel do estudante na transformação da sociedade brasileira. A autora relaciona a posição social de estudante como central na construção da identidade política dos jovens naquele período. De acordo com seu ponto de vista, a atuação do movimento estudantil enquanto oposição ao regime marcava claramente uma posição política de classe, também marcada por um ímpeto transformador, um furor revolucionário, considerado à época, uma condição juvenil. Em suma, o jovem, inerentemente insurreto e amotinador, ao ocupar a posição social de estudante, a transforma, imediatamente em segmento revolucionário, um grupo social “naturalmente” pré-disposto à lutar pela transformação social. Esta visão, parte do princípio de que a juventude é um conceito fechado, limitado por condições juvenis essenciais, que envolvem uma pré-determinação social, tanto na ocupação de uma determinada posição, estudantes, quanto do ponto de vista comportamental, que transforma todos os jovens em potenciais inconformados.

Contudo, no caso das gerações mais recentes, Ann Mische (1997) destaca a dispersão na construção dessas identidades políticas e chama atenção para a emergência da categoria cidadão em detrimento de estudante como agente de transformação social. Esta reflexão sugere uma abertura no entendimento sobre a “socialização política” dos jovens, que no passado era restrita ao movimento estudantil e outros movimentos institucionalizado, nos dias atuais, encontra-se mais disperso, fragmentado e local, direcionando-se à uma espécie de “subjetivação política” (CASTRO, 2008), que tem haver com os múltiplos espaços de atuação e reivindicação dos jovens e suas plurais possibilidades de

¹⁴ Retoma as reflexões desenvolvidas pela autora em *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* que teve sua primeira edição publicada em 1965.

socialização.

De acordo com o ponto de vista de Ann Mische (1997), os jovens da década de 90 construíam suas identidades políticas de maneira mais dispersa dos jovens dos anos 60 e 70, sendo as ruas, as escolas públicas e particulares, os cursinhos de inglês, os shoppings centers, ou a própria TV, locais de formação dessas identidades, que também passam a ser vistas como plurais. Há uma diversificação e desconcentração das redes de estudo, trabalho e sociabilidade dos jovens, fato intensificado, hoje em dia, com a crescente disseminação da internet e da globalização das informações. Essas questões influenciariam o comportamento dos jovens, incluindo sua participação política, não mais condicionada ao movimento estudantil ou pela “simples” identificação de classe (estudante). Aquilo a que Canclini (2010) chamou de a hibridização das culturas deixa sua marca na cidade a partir das diferentes expressões culturais e manifestações políticas que interferem na própria dinâmica da criação dos grupos sociais que atuam no cenário urbano. Marília Sposito (2000) lembra ainda que essa diferença de expressões e manifestações é essencial na socialização dos jovens e fundamentais na formação de seus grupos, incluindo a política. A escola, neste sentido, faria parte deste processo, pois apresenta-se como um dos lugares de reverberação, trocas e manifestação dessas experiências, englobando nesta concepção os grêmios estudantis como espaço relevante nessas interações.

Retomando as reflexões anteriores, algumas considerações feitas por Carrano (2002) no primeiro estado da arte da produção do conhecimento sobre a juventude no Brasil são particularmente interessantes. A primeira diz respeito ao caráter “maniqueísta” das produções acadêmicas, que ao se preocuparem, em sua grande maioria, com o papel dos estudantes no processo revolucionário são orientados por uma divisão entre engajamento e alienação. “É interessante notar que o inconformismo dos jovens estudantes não orientado para as transformações globais da sociedade foi, via de regra, considerado irrelevante politicamente” (CARRANO, 2002, p.198). Faz assim uma crítica aos trabalhos, que ao invés de se indagarem sobre a efetiva participação política dos jovens, preocupam-se em reafirmar uma construção idealizada orientada pela divisão engajamento/alienação. Outra de suas reflexões ao analisar essas produções acadêmicas, diz respeito ao atual estágio de crise de representatividade política institucionalizada que se abate sobre nossa sociedade. Os trabalhos mais recentes,

em especial àqueles situados a partir de meados dos anos 90, apontam para esta crise e seu impacto na desmobilização política dos jovens. O trabalho de Mische (1997), por exemplo, chama atenção para a descontinuidade do movimento “Cara Pintada” após a deposição do presidente Fernando Collor, em 1992, assim como o de Mesquita (2003), ao afirmar a falta de aglutinação e fôlego do movimento estudantil nos dias de hoje.

De acordo com Carrano (2002) ainda são escassas as pesquisas sobre juventude e política que reconhecem o valor de iniciativas não necessariamente vinculadas às instituições políticas ou ao movimento estudantil. Também são desconsideradas como políticas, ações que não necessariamente reivindiquem mudanças estruturais na sociedade, marcando ainda, nos dias de hoje, como referência de participação política a atitude revolucionária, assumida pela “geração de 68”. Normalmente são excluídas como manifestação do político e conseqüentemente do conceito de política, certos valores éticos e morais por trás de ações dos jovens, que resgatem o bem comum e a civilidade, visto especialmente em ações voluntárias, ecológicas, grupos de debates, ou mesmo atividades desenvolvidas em outros locais, como suas próprias escolas.

No segundo levantamento sobre a produção do conhecimento sobre juventude no Brasil, organizado também por Sposito (2009), foram analisados sessenta e dois trabalhos que possuíam como objeto de pesquisa os jovens e sua interface com a política. Os mesmos foram defendidos entre 1999 a 2006, sendo possível perceber a repetição de algumas tendências já sinalizadas no primeiro levantamento. Permaneceu a crise de representatividade e nas formas tradicionais de participação política. Também se manteve a dispersão das ações políticas, da fragmentação dos movimentos sociais e a perda da centralidade do movimento estudantil como referência de participação política juvenil. É válido colocar que nesse levantamento foi notável a inserção de novas temáticas, como a democratização da gestão escolar, o protagonismo juvenil e a cultura política da juventude, como importantes temas vinculados à ação política dos jovens.

Esta ampliação foi importante, pois ajudou a consolidar uma compreensão múltipla e plural das formas de ação e participação política conferida aos jovens da atual geração. Abriu, igualmente, a possibilidade de questionar o significado do grêmio, levando em consideração sua potencialidade como espaço de ação política, incluindo-se o próprio espaço escolar como terreno propício à manifestação do

político.

De um ponto de vista particular, possuem relevância ímpar, no segundo levantamento, que diferentemente do primeiro não ficou restrito à área da Educação, as pesquisas alocadas no subtema “os valores, a socialização e a cultura política”. Dentre as situadas, sobretudo, na área da Ciência Política foi praticamente unânime a conclusão de que os jovens não estão satisfeitos com várias dimensões da sociedade. Nestas investigações, os jovens pesquisados revelaram que sentiam necessidade de mudanças, acreditavam na importância da participação e demonstraram predisposição em participar. As pesquisas quantitativas entrevistaram mais de dois mil jovens em diversos estados brasileiros e constataram a existência de um “alto índice de atitude revolucionária” entre os jovens pesquisados que mostram uma atitude negativa (89%) diante da realidade existente. (SPOSITO, et.al., 2009). O ‘problema social’ e ‘um país melhor’ aparecem como os principais motivos para a necessidade de uma revolução que, para 71% significava mudança” (apud, ZANETTI, 1999, Op. cit. p.180). Os trabalhos também concluíram que é generalizado, entre os jovens pesquisados, o sentimento de desconfiança e descontentamento, passando pela rejeição e desencanto com o sistema político convencional (instituições político-partidárias e políticos profissionais). A descrença nas formas tradicionais de participação política foi uma tendência sinalizada no primeiro levantamento que se confirmou no segundo. Este dado revelou uma forte contradição entre a representação da geração atual como alienada e sem ideais e seu real potencial de ação política. A transformação social ainda aparecia como uma preocupação da juventude, no entanto, não havia, claramente, uma orientação, uma forma de conseguir concretizá-la. Não foi apontado um problema ou um inimigo comum e, sim diversas problemáticas que incluem insatisfações de ordem social, econômica, política, cultural, local etc.

Nos dias de hoje, o movimento estudantil e as instâncias representativas dos estudantes vão perdendo centralidade como referência de participação política dos jovens e na construção de suas identidades políticas. Este aspecto relaciona-se à crise de representatividade, que abala a confiança dos jovens na política institucional, possibilitando a ascensão de outras formas de participação, que vão para além das vias tradicionais de engajamento político. Uma destas vias de participação poderia encontrar na escola seu território de atuação, podendo tornar o grêmio de estudantes um agente transformador do cotidiano escolar e não um braço

estendido do movimento estudantil nas escolas, o que o tornaria, igualmente um grupo político no interior da instituição de ensino. Neste sentido, novas temáticas envolvendo a interface entre juventude e política, que englobam os conceitos de protagonismo juvenil e gestão escolar compartilhada podem abrigar novas agendas de pesquisas, preocupadas em compreender como são manifestas, em especial na escola, a dimensão política das práticas sociais dos grêmios de estudantes. Inclui-se nestas agendas as relações de poder que travam e que podem construir em seus colégios, possibilitando a produção de novas compreensões acerca da interface entre juventude e política nos dias atuais.

1.3

Novos caminhos participativos ou trilha para a alienação?

No Brasil, os jovens estudantes da “geração de 68” entraram para a história por seu forte engajamento na luta política. O movimento estudantil era considerado um dos principais focos de resistência à ditadura militar e também o local primordial da participação política da juventude. Ao final dos anos 60, o movimento passou por uma intensa desmobilização permanecendo timidamente atuante embora na ilegalidade. Esta situação se estendeu até o final dos anos 70, quando o movimento estudantil se destacou nas campanhas pela anistia, que culminariam em 1979 com o retorno dos exilados políticos. Contudo, esta rearticulação pode ser interpretada como um suspiro, visto que, apesar da grande adesão dos estudantes as campanhas pelas “Diretas Já”, anos posteriores, com a redemocratização e o fim da ditadura em 1985, o movimento estudantil sofreu novo enfraquecimento e desmobilização.

No início dos anos 90, o movimento ganhou novo formato. Ele adquiriu caras pintadas, irreverência, adesão das massas e foi protagonista na deposição de um presidente. Os “caras pintadas” invadiram às ruas e arrastaram multidões às suas passeatas. Com discursos inflamados que exigiam a ética na política, a juventude aparecia engajada tal como nos anos 60. Paula (2002) coloca que apesar do revival do movimento estudantil proporcionado pelos “caras-pintadas” a desmobilização continuava a ser a tônica e que, nos anos 90 pareceram significar para os

movimentos sociais sindicais, estudantis e de direitos civis um momento de refluxo.

De acordo com Abramo (1997) foi justamente no momento de refluxo dos movimentos juvenis que a imagem da “geração de 68” foi elaborada como positiva, no Brasil. Esta construção ideal se deu a partir da reinterpretação da rebeldia, do idealismo e da utopia, características fortemente relacionadas à “geração de 68”, como essencialmente positivas do ponto de vista político. Esta construção foi responsável pela assimilação de um arquétipo de participação política tomando como referencial os idos anos 60. Esta referência consolidou no imaginário social a juventude desse tempo como dotada de uma profunda vontade de transformação social, como uma geração idealista e politicamente ativa. Eles passariam a representar uma utopia perdida, uma esperança de novo mundo, como uma juventude que ousou sonhar e comprometer suas vidas em nome da transformação social (ABRAMO, 1997).

Em contrapartida, o rótulo da atual geração é o inverso daquela. Além do caso já colocado da experiência virtual de Cristovam Buarque, a citação a seguir, retirada do site do NOVE (Nova Organização Voluntária Estudantil), reproduz com propriedade o imaginário social acerca da relação dos jovens com a política, nos dias de hoje.

‘A discussão que rotula a nossa geração como conformada e alienada é frequente seja em rodas de especialistas ou cidadãos comuns. As referências a outros períodos da história, os quais foram cheios de manifestações dos respectivos jovens, sempre tratados como agentes sociais, são sempre usadas para questionar a falta de mobilização do jovem atual. Pensando nisso a Nove, desde a sua criação, vem trabalhando especialmente na bandeira de conscientização. Para conquistarmos uma sociedade engajada e comprometida com seus deveres e direitos, precisamos ter uma sociedade consciente dos seus problemas e do seu poder.’ (NOVE, 2011).¹⁵

¹⁵ O NOVE (Nova Organização Voluntária Estudantil) foi um movimento criado no ano de 2009 e surgiu como alternativa de atuação, frente às tradicionais UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). No mesmo dia em que os jornais de todo o país divulgaram o roubo das provas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), criando transtorno na vida de milhares de estudantes (eram 4,1 milhões de inscritos para a prova e um prejuízo de mais de 35 milhões de reais aos cofres públicos). Em reportagem publicada na revista Isto é, no dia 14 de outubro de 2009, os idealizadores do movimento criticaram a ausência da UNE e da UBES nas escolas e o silêncio destas instituições perante o problema relatado acima. “Começou com 12 estudantes de classe média, usou as redes sociais para a mobilização e, na segunda-feira 5, levou 200 estudantes vestidos de branco, com narizes de palhaço e faixas e cartazes para o centro do Rio. “Não temos a intenção de substituir a UNE. Não somos contra a UBES. Mas não podemos negar que os movimentos tradicionais vivem distantes da classe estudantil”, explicou Carolina de Lamare, uma das fundadoras da Nove, que estuda no Colégio Santo Inácio, um dos mais caros do Rio.”

A partir deste depoimento é possível perceber que a representação negativa sobre a atuação política da juventude chega aos próprios jovens. Espera-se da atual geração um comportamento parecido com aquele próprio dos anos 60, ou pelo menos tão politizado quanto e esse desejo também atinge, de certa forma, os próprios jovens. Considerá-los alienados, tendo como parâmetro outro período histórico é sugerir a existência de certo maniqueísmo que opõe as duas gerações, o que pode ser considerado, no mínimo, uma compreensão anacrônica do lugar ocupado pela juventude em nossa sociedade.

De acordo com Novaes e Vital (2005) há uma tendência em caracterizar negativamente a atual geração de jovens a partir de grandes traços, sendo que os mais frequentes são: a juventude de hoje é consumista (e não questionadora da sociedade de consumo); é individualista (e não solidária); é conservadora (e não progressista); é alienada (e não engajada); é apática (e não participativa). Advertem que essas concepções não levam em conta que cada período e conjuntura histórico-cultural, social e política produzem um determinado tipo de juventude. “Em cada tempo e lugar são muitas as juventudes, e entre elas sempre existem adesões ao estabelecido e territórios de resistências e de criatividade” (NOVAES & VITAL, 2005). Estas reflexões também podem ser encontradas no relatório final de uma pesquisa publicada pelo Instituto Pólis/IBASE, intitulado: Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2005) e aponta dados interessantes acerca da relação dos jovens com a política nos dias atuais.

A pesquisa dividiu-se em duas etapas metodológicas, sendo a primeira constituída de um survey que ouviu oito mil jovens de 15 a 24 anos em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Distrito Federal. A outra etapa foi organizada a partir da formação de Grupos de Diálogos¹⁶, que em um dia de discussões procurou ouvir e debater sobre possibilidades e limites que envolviam a participação dos jovens na vida pública.

Disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/19195_DE+VOLTA+AS+RUAS).

Acesso em agosto de 2011.

O movimento foi criado a partir de uma demanda específica, de um fato pontual. Fruto de uma necessidade emergencial e contou com o apoio de estudantes que propõe uma atuação política mais abrangente, ou menos dependente de entidades representativas.

¹⁶ A metodologia Choice Work Dialogue de Daniel Yankolovich foi utilizada como referência nos grupos de diálogos.

O survey, que procurou caracterizar o perfil, formas e esferas de participação dos jovens na sociedade serviu como subsidio à formação dos Grupos de Diálogo, pois através das respostas dos questionários foi possível identificar as principais preocupações dos jovens acerca de três temas próximos de sua realidade: educação, trabalho, cultura e lazer, também tomados como temas centrais nos debates. As discussões dos grupos giraram em torno da construção de possíveis “caminhos participativos” que teriam o intuito de atenuar possíveis problemáticas relacionadas aos três temas anteriormente citados. Os “caminhos participativos” seriam construídos levando-se em consideração três “tipos-ideais” de participação, a saber: o caminho da política e da representatividade, o caminho do voluntariado e da solidariedade e o caminho participativo indireto, que englobaria ações de grupos juvenis, não necessariamente vinculados à uma instituição política ou social.

Não cabe aqui esmiuçar a metodologia dessa pesquisa, nem debruçar-se sobre suas particularidades, no entanto, algumas de suas conclusões são bastante relevantes nas reflexões que envolvem a interface entre juventude e política, indicando possíveis caminhos interpretativos na análise do significado dos grêmios no contexto atual.

Em primeiro lugar, a política não aparece, declaradamente, como uma preocupação específica dos jovens. Dentre os problemas citados estão mais amplamente difundidos os de ordem social, relacionados a atual conjuntura econômica do país, que incluem em primeiro lugar a violência, seguido do desemprego, educação e desigualdades sociais. Os três temas que nortearam os Grupos de Diálogos (educação, trabalho, cultura e lazer) giraram em torno dessas quatro problemáticas “básicas”, que de certa forma refletiam preocupações próprias do nosso tempo.

Levando em consideração as preocupações dos jovens e os temas debatidos, é possível colocar que os pontos considerados problemáticos pelos jovens relacionam-se entre si. Por exemplo: a falta de educação igualitária geraria problemas de ingresso no mercado de trabalho, que ao configura-se de forma precária, causaria um sentimento generalizado de falta de segurança na vida profissional e instabilidade financeira, o que afetaria diretamente os jovens na busca pelo primeiro emprego. Outra reflexão possível seria partir do ponto de que esta instabilidade acentuaria as desigualdades sociais o que aumentaria a violência. Morando em comunidades violentas, alguns jovens teriam acesso limitado e não

aberto aos bens culturais da cidade. O mesmo acontece com a questão da violência, que poderia ser a primeira a desencadear novas problemáticas, por exemplo. Essas possibilidades de efeito dominó e o círculo vicioso em que se desenrola colocam os problemas sociais e econômicos como centrais nas reflexões da juventude, fazendo com que a política apareça “dissolvida” no interior dessas problemáticas. A vida social, no seu sentido mais amplo, apareceria como local de fazer política, não necessariamente os partidos políticos ou os movimentos sociais. Desta forma, tem-se a valorização da cidadania e da auto-responsabilização como forte elo da interface entre juventude e política. Neste sentido, é pertinente buscar, observar e tentar compreender novas vias de participação, que não sejam restritas às tradicionais formas de engajamento, mas que procurem por novos locais de atuação e ação política dos jovens.

Em segundo lugar, dentre os “caminhos participativos” oferecidos como saída e atenuantes dos problemas apontados: via da política, do voluntariado ou participação em grupos juvenis; aquele que possuiu menos destaque e menor adesão foi o da política, apesar de ser considerado como fundamental pelos jovens. De acordo com a pesquisa existe uma forte descrença da juventude em relação aos políticos, o que desencadeia uma forte rejeição a essa via. O que se percebe é a existência de um forte sentimento de decepção, uma crise de representatividade e não necessariamente de descrença política. O que nos leva ao terceiro ponto.

Ao final do dia de diálogo, quando convidados a construir um caminho alternativo, tomando como referência os três caminhos apontados, a maioria dos jovens optou em construir opções mistas, que conjugassem as três formas de participação, que na pesquisa recebeu o nome de “Caminhos Participativos em mosaico” (NOVAES & VITAL, 2005, p.62). Nestes caminhos construídos pelos Grupos de Diálogos a via da política está presente no maior número de “cruzamentos”, o que sugere uma compreensão da política como arma de transformação. O dado sugere que a política é um elemento capaz de produzir mudanças, ainda considerado pelos jovens como uma via central às transformações sociais, no entanto, ela deve vir conjugada a outros caminhos participativos. É como se essa via ocupasse uma posição auxiliar, complementar às outras.

Deste modo, é possível pensar que não há uma apatia ou alienação, há a preferência por formas “híbridas” de participação, que conjuguem ações políticas, com intervenções culturais, com atividades cotidianas, com reivindicações pontuais

e plurais. Neste ponto, é válido marcar que o ideal de transformação, tão valorizado nas imagens construídas da “geração de 68”, não foi perdido, mas se constrói de forma distinta, menos institucionalizada. Desta maneira, acredito ser relevante para as pesquisas que possuam como objeto a interface entre juventude e política indagar-se sobre o atual significado do grêmio estudantil na construção de novas formas de ação e caminhos participativos, que contenham em seu cerne o ideal de transformação, mesmo que esse ideal possa estar restrito ao interior de seu próprio colégio. E, juntamente, com essa reflexão tornar-se-ia possível construir uma compreensão sobre o lugar ocupado pela escola na vivência política dos seus alunos.

Questões relacionadas ao meio ambiente, à segurança do bairro, aos assuntos internos de sua escola, à mobilização de sua vizinhança em torno de problemas locais podem resumir a tônica da participação da juventude nos dias de hoje. Os jovens, a partir de seus grupos, de suas ações voluntárias, dos grêmios de estudantes, de associações de moradores ajudam a ressignificar as ações políticas, dotando-as de menos peso institucional e dando mais abertura àquilo que é próprio da vida pública, do bem comum, do que pertence ao coletivo. Desta maneira, o embate de ideologias e a via institucional, que durante muito tempo foram as principais referências de participação política da juventude encontram-se, hoje, enfraquecidas. O que se precisa buscar é a compreensão acerca de novas formas de fazer política, que aglutinam criatividade na proposição de vias participativas e reivindicatórias, que tem no diálogo e na negociação, tão caras e próximas à política, suas principais características. A tônica que envolve a participação dos jovens gira em torno de questionamentos acerca do acesso, da integração, da comunidade e da liberdade. Uma cidadania planetária envolve todos na luta pelo meio ambiente, pelo fim das desigualdades, pela conquista de direitos. Os jovens, cidadãos deste mundo, não se reconhecem como estudantes ou revolucionários e sim, portadores de direitos e deveres, que buscam a implantação e ampliação dos processos democráticos em todas as instâncias da vida. E por que não em suas escolas?

Castro e Correa (2005) ao refletirem sobre as relações dos jovens e a política chamam atenção para algumas questões interessantes sobre as diferenças entre a juventude contemporânea e os jovens dos anos 60. No texto *Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social* publicado em uma

coletânea de artigos organizados pelas autoras em (2005), problematizam a chamada alienação política da juventude, partindo do pressuposto de que há um discurso repetido, seja na mídia ou em discussões acadêmicas, de que a atual geração de jovens se encontra em um estado de apatia e alienação política. Elas colocam que essas considerações precisam ser melhores compreendidas e simplesmente afirmar a existência de um esvaziamento no movimento estudantil não pode ser o único parâmetro da comprovação de uma falta de participação política, ou de alienação. Um dos motivos da juventude ser considerada alienada e não revolucionária também perpassa uma “falsa” concepção de que é próprio da juventude assumir posições de rebeldia e oposição (MINAYO, 1999 e MISCHÉ, 1997, apud CASTRO & CORREA, 2005).

Assim, ações que não necessariamente estejam vinculadas a uma participação política institucionalizada ou a algum tipo de oposição ou rebeldia, poderiam influenciar em processos decisórios, em tomadas de consciência que tenham como orientação a manifestação do político nas relações sociais. Neste sentido, atividades cotidianas como a organização de uma festa, de um seminário ou de uma assembleia de estudantes podem revelar dados interessantes sobre consciência política, cidadã e até transformadora desses jovens e em alguns casos influenciar em suas decisões e escolhas políticas. “A descrença da juventude na política formal pode ser uma atitude reativa em relação à política, tal como instituída em nossa sociedade e não uma abdicação de dizer, sentir e agir em comum” (Op. Cit, 2005, p.24).

Foi a partir da visão ampliada de política e dos seus espaços de manifestação que o estudo de caso construiu suas interpretações acerca da unidade investigada. Busquei compreender a interface entre juventude e política como um processo específico a cada caso, como uma singularidade pontual e, mais do que avaliar sua eficácia ou construir juízos de valores sobre sua relevância, procurei compreendê-la em sua peculiaridade, em sua especialidade, tal como um estudo de caso deve ser construído.

2. Explorando campos possíveis: a escolha do Spoleta 2.0 como o caso particular

O objetivo deste capítulo é apresentar o método utilizado na seleção do grêmio a ser investigado como caso particular, denominado fase exploratória da pesquisa. Seu objetivo central foi desenvolver “miniestudos” (Yin, 2010) exploratórios e comparativos, a partir da reunião de informações sobre possíveis casos a serem estudados. O conjunto reunido nesta fase da pesquisa incluiu dois blocos de materiais, sendo o primeiro composto por três rodas de conversas desenvolvidas em três instituições de ensino com perfis diferenciados, a saber: uma “escola pública federal”, um “colégio confessional” e um “colégio alternativo”¹⁷. Os círculos de bate-papo procuraram aprofundar o conhecimento sobre a organização dos grêmios, das escolas e sobre a opinião dos jovens acerca da participação política da juventude contemporânea. O outro bloco de materiais reuniu dados de duas destas escolas e seus grêmios, os “miniestudos” exploratórios, que possibilitaram agregar e comparar informações sobre eles, elegendo aquele que melhor se apresentasse como objeto de pesquisa do estudo de caso a ser construído. A fase exploratória constituiu-se, deste modo, de pequenos estudos envolvendo distintas instituições de ensino com o intuito de selecionar o caso a ser estudado.

Primeiramente, como já colocado, foram realizadas três rodas de conversa em três instituições de ensino, previamente, estudadas pelo SOCED – Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação da PUC-Rio, em pesquisas realizadas sobre a produção da qualidade do ensino nas escolas de maior prestígio da cidade do Rio de Janeiro, coordenado por Zaia Brandão. A seleção dessas instituições relacionou-se com a facilidade de acesso, permanência no campo e possibilidade de realizar os círculos de bate-papo. A principal finalidade dessas conversas foi a reunião de informações prévias sobre os grêmios atuantes nas escolas e, conseqüentemente sobre os jovens e as instituições de ensino, possíveis objetos de pesquisa. Partiu da hipótese de que as rodas de conversa forneceriam dados

¹⁷ O uso de aspas serve para marcar que apesar das instituições estarem “rotuladas” como possuindo um perfil que as caracteriza por um certo tipo de ensino, essas denominações servem apenas como diferenciadoras de instituições que possuem suas singularidades próprias, que vão para além das categorias de confessional, pública e alternativa, conforme discutido no artigo Singularidades Institucionais de Zaia Brandão (2007).

preliminares à fase exploratória e serviriam como parte do subsídio à elaboração dos pequenos estudos exploratórios envolvendo as instituições visitadas, tendo como resultado, ao final dos “mini estudos” comparativos, a eleição daquela que seria, propriamente, o caso estudado.

Contudo, após a roda de conversa, realizada na “escola pública federal” foi detectado que seu grêmio não estava organizado, sendo inviável a realização da pesquisa de campo junto à instituição, eliminando-a, deste modo da fase exploratória da pesquisa. Deste modo, devido à sua exclusão, foram desenvolvidos apenas dois “mini estudos” comparativos, que a partir do contraponto entre dois contextos específicos elegeria um deles como objeto da pesquisa.

Englobaram, desta maneira, o material de pesquisa da fase exploratória: as informações e observações dos três círculos de bate-papo (vide Anexo I – Roteiro das rodas de conversa); visitas aos sites de internet das duas escolas e de suas páginas oficiais em redes sociais, assim como a dos grêmios; alguns materiais fornecidos nos dias das visitas presenciais, na ocasião das rodas de conversas. No caso da “escola alternativa”, por exemplo, os jovens me apresentaram uma edição histórica do jornal editado pelo grêmio que contava a história da fundação do antigo Segundo Grau na instituição. No caso do “colégio federal” também algumas edições do jornal dos grêmios atuantes em anos anteriores foram-me cedidos. E, no caso da “escola confessional”, a coordenação pedagógica forneceu-me o Projeto Político Pedagógico do colégio, além do Estatuto do Grêmio. Outras informações complementaram a fase exploratória da pesquisa, provenientes, sobretudo, da leitura de publicações, de relatórios e resultados de pesquisa disponíveis nos Boletins do SOCED, 2005, 2006 e 2007¹⁸. As informações contidas nesses boletins auxiliaram em especial ao “mini estudo” da “escola alternativa”.

A reunião deste material foi utilizada como conjunto de dados na seleção do grêmio pesquisado, levando em consideração os contextos específicos em que estavam inseridos. Esta fase teve o intuito de selecionar entre as escolas visitadas, aquela que oferecesse melhores de condições de desenvolvimento da pesquisa de

¹⁸ Os boletins procuram reunir e divulgar informações sobre as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação da PUC-Rio.

Disponíveis em:

www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/soced.php?strSecao=input

campo. Vale dizer, também, que a fase exploratória da pesquisa serviu como experiência teste para avaliar as condições de imersão e desenvolvimento da pesquisa de campo, sendo primordial à construção do estudo de caso, pois possibilitou, via estudos exploratórios, selecionar a instituição de ensino e o grêmio estudantil que melhor atendesse às condições de sua realização.

2.1.

O caso particular como objeto desta pesquisa

De acordo com Robert Yin (2010), a metodologia do estudo de caso é indicada às pesquisas que procuram investigar a realidade social a partir de três proposições. Primeiramente, os problemas de pesquisa devem ser construídos a partir de indagações referentes ao “como” e ao “por que”. Em segundo lugar, servem aos eventos cujo pesquisador não possui controle de sua direção. E terceiro, quando as investigações enfocam um determinado fenômeno contemporâneo ao contexto em que está inserido. Adequou-se, portanto, aos questionamentos desta pesquisa, que objetivou explorar e compreender o significado do grêmio de estudantes para um grupo de jovens da atual geração, levando em consideração a dimensão política de suas práticas sociais.

Conforme demonstrado por Novaes e Vital (2005), a ascensão de novas formas de ação política e a emergência de distintos caminhos participativos são uma realidade entre os jovens contemporâneos. Deste modo, as possibilidades de atuação se ampliam no que se refere à interface entre juventude e política. No que concerne aos grêmios de estudantes, por exemplo, esta interface poderia ter na escola seu principal interlocutor. O estudo de caso procurou desta forma, compreender como a política está inserida em algumas atividades sociais (incluindo eventos, reuniões, festas etc.) desses estudantes, levando-se em consideração sua relação com a escola.

Mas, apenas ser um exemplo, representar um indício ou uma “amostragem” de um determinado fenômeno, não é suficiente para caracterizar uma unidade como um caso suscetível de investigação. A construção de um estudo de caso deve procurar entender a unidade investigada como um todo homogêneo, que dentro de

suas particularidades auxilia na compreensão de questões mais gerais.

O caso deve ser uma “coisa bem limitada, específica, complexa e funcional (por exemplo uma pessoa ou um programa) e não uma generalidade (como um relacionamento entre as escolas ou uma política educacional)” (STAKE, 2005, apud YIN, 2010, p. 44). No caso desta pesquisa, atrevo-me a colocar que tão importante quanto o estudo de caso propriamente dito, é a apresentação das estratégias e condições da escolha da unidade investigada. Neste sentido, situar o objeto de investigação dentro de um contexto mais amplo é parte fundamental do processo envolvido nas reflexões sobre o caso pesquisado, pois facilita a construção de comparações, analogias e contrapontos entre diferentes universos singulares.

Destaca-se como ponto central desta reflexão as rodas de conversas da fase exploratória da pesquisa. Os bate-papos envolveram três instituições de ensino com perfis diferenciados, possibilitando a construção de uma compreensão particular do conceito de política, que ajudou a nortear, juntamente, com os referências teóricas de Bobbio (1986) e Paro (2002, 2010) as reflexões sobre o tema no estudo do caso. A definição de política aparece de forma ampliada, relacionada às práticas cotidianas dos jovens participantes das rodas de conversas.

A caracterização de política exposta pelo grupo de estudantes ouvidos nos círculos de bate-papo indicou a existência de uma importante chave de compreensão sobre o significado das ações dos grêmios escolares. Elas deveriam ser consideradas como políticas. Desta maneira, a definição de política empregada no estudo de caso, deveria ser compreendida como uma atitude, uma ação transformadora, que teria o objetivo de intervenção local e pontual e, não somente aquilo que fosse relacionado aos partidos, aos políticos profissionais ou aos movimentos sociais (estudantil). Fazer política é agir, atuar para a transformação, não importa se à nível local (procurando intervir em suas escolas e bairros) ou mais amplo (buscando interagir com outras esferas). Esta definição apareceu nas três rodas de conversas e foi utilizada como referência no caso estudado e será pormenorizada ao final da apresentação da fase exploratória da pesquisa.

2.2.

A escolha do grêmio.

Procurando seguir algumas orientações metodológicas propostas por Robert Yin (2010), a escolha da unidade investigada deve passar por uma triagem dos “casos candidatos” (YIN, 2010, p. 117). Esta triagem foi importante, pois além de fornecer informações sobre diferentes unidades passíveis de investigação, possibilitou conhecer as condições de ingresso no campo previamente, o que acabou facilitando a escolha do local a ser pesquisado.

A pretensão inicial era desenvolver três diferentes “miniestudos” exploratórios e comparativos entre os grêmios e suas escolas e eleger àquele que melhor se adequasse às condições de ingresso no campo. Seguindo esta direção, seriam feitas, primeiramente, as três rodas de conversas, que a partir da reunião prévia de algumas informações sobre os três candidatos, trariam subsídios ao desenvolvimento dos três “miniestudos”. A escolha dessas escolas justificou-se pelos seguintes aspectos:

- a) No caso da “escola pública federal”, além de possuir relevante histórico de atuação e engajamento no movimento estudantil, teve seu acesso facilitado por ter sido aluna da instituição;
- b) Na “escola confessional”, sua escolha foi sugerida pelo Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação da PUC-Rio – SOCED, tendo em vista que dois membros do mesmo faziam pesquisas no local, à época do desenvolvimento desta pesquisa.
- c) Já no caso da “escola alternativa”, sua escolha foi justificada pela fácil comunicação estabelecida entre mim e uma estudante integrante do grêmio, através de contato feito por uma rede social.

A aproximação com as escolas escolhidas, assim como o desenvolvimento das rodas de conversas, também aconteceu de maneira diferenciada. Na “instituição federal” foi cedida uma autorização para conversar com os integrantes do grêmio sobre o tema da pesquisa, após encontro com o diretor. No caso da “escola alternativa” a aproximação foi feita via internet, a partir de um site de redes sociais, sendo a ida à escola autorizada via telefonema dado à coordenação do colégio. No caso da “instituição confessional” a aproximação ao campo foi

intermediada pelo SOCED.

Como já mencionado, as rodas de conversas tiveram como principal objetivo reunir informações sobre os grêmios das três instituições de ensino de forma preliminar. Procurou ser um primeiro movimento na construção de um diversificado material de pesquisa, baseado em observação, rodas de conversas nas escolas, pesquisa virtual nos sítios das instituições de ensino e nas páginas do facebook de seus grêmios, buscando construir uma visão panorâmica dessas entidades estudantis e de suas instituições de ensino.

Vale destacar, que esses círculos de bate-papo, além de engrossarem o material de pesquisa da fase exploratória revelaram dados relevantes a esta investigação. O primeiro deles refere-se ao fato de que a instituição “pública federal”, à época da pesquisa, em que pese sua forte tradição de mobilização estudantil, não possuía grêmio atuante, notícia recebida por mim, como uma frustrante surpresa. Esta constatação tornaria inviável a realização do trabalho de campo junto à escola, eliminando a instituição e o grêmio do colégio da fase exploratória da pesquisa, ou seja, dos “miniestudos” exploratórios e comparativos.

O outro, diz respeito ao conceito de política, que emergiu das rodas de conversa como ação interventora local, com auspícios transformadores, relacionada às práticas cotidianas e sociais dos jovens participantes dos círculos de bate-papo. Isto significava que independentemente da entidade selecionada, a política deveria ser compreendida como presente no dia-a-dia dos jovens, o que tornaria a escola território propício à manifestação do político, flagrante em suas práticas sociais, atitudes e atividades cotidianas.

2.2.1.

A “instituição pública federal”: aproximação, eliminação e contribuições

Mesmo sendo eliminada do bloco que compunha os “miniestudos” exploratórios e comparativos da fase exploratória da pesquisa, é válido apresentar algumas reflexões desenvolvidas a partir da visita presencial e da roda de conversa realizada na “escola pública federal”. A exposição dessas reflexões é pertinente, pois algumas informações coletadas e observadas no campo foram

utilizadas como parte do subsídio à criação do conceito de política que norteou o estudo de caso, apresentado ao final deste capítulo.

A aproximação com a “escola federal” foi feita pessoalmente em visita a instituição, após telefonema ao gabinete da direção, que marcou data e horário em que o diretor estaria presente, porque autorizações de entrada somente seriam liberadas caso o mesmo concordasse. Meu acesso à escola foi facilitado, pois como já havia colocado, fui ex-aluna da instituição de ensino, característica bastante valorizada por esta escola.

Em conversa informal com o diretor da unidade ele disse, rapidamente, que o grêmio da escola era uma associação própria dos estudantes e que o colégio não se intrometia em sua organização. A percepção inicial era de que havia certo distanciamento da direção sobre as ações do grêmio. Em sua fala, o mesmo marcou que o colégio “dá apoio quando tem que dar e nega quando tem que negar”. Colocou como exemplo a proibição dos alunos de pedirem dinheiro nas salas para a organização de festas e eventos. O diretor expressou que considera este tipo de atitude inaceitável e que os estudantes deveriam pensar em alguma outra maneira de arrecadar e reunir o montante necessário à realização do evento que eles queriam organizar. Contou que os integrantes do grêmio passaram a vender lanches e rifas, e que com esse dinheiro puderam organizar o evento: sua festa junina, seguida de um festival de rock. O tom da conversa marcava a posição firme da direção e colocava o grêmio como algo, uma “coisa” distante, organizada pelos estudantes e para eles.

Após esta conversa, e devidamente autorizada pela direção, permiti-me circular pelo colégio em busca dos jovens integrantes do grêmio, visto que sabia onde me dirigir. Supunha que a sala do grêmio ainda estaria no mesmo lugar. Ao aproximar-me da porta percebi que um grupo de seis estudantes discutia sobre a organização de um evento. Do mesmo lugar me apresentei e pedi que eles conversassem comigo sobre algumas questões. A apresentação da pesquisa aos estudantes foi feita rapidamente, ainda parada ao pé da porta. A conversa seguiu o roteiro anexado (vide Anexo I – Roteiro das rodas de conversas).

Para minha surpresa e frustração, a primeira informação trazida com o bate-papo dizia respeito ao fato de que a escola estava, naquele momento, sem grêmio. Vale acrescentar, contudo, que surpreendente mesmo foi a omissão da direção na conversa informal realizada momentos antes sobre esta circunstância. Os

estudantes justificaram a situação explicando que o colégio havia passado por um longo período de greve, o que acabou impossibilitando a construção de um processo eleitoral. Todavia, o grupo de seis jovens ali presentes colocaram, que apesar de todos esses problemas, iriam “puxar” uma assembleia para resolver esse problema e organizar a eleição do grêmio. É válido dizer, a mero título de curiosidade, que nunca, nos sete anos em que estudei naquela instituição de ensino, havíamos ficado sem um grêmio atuante. É, igualmente, válido colocar que os estudantes deste colégio possuem intenso histórico de envolvimento com o movimento estudantil, em especial nas lutas contra a ditadura militar, concentrando grandes exemplos de engajamento político da juventude, no passado.

A roda de conversa ateve-se basicamente a discussões sobre a situação do grêmio, ou melhor, de sua ausência e da animosidade dos estudantes com a direção. Foram reunidas algumas informações sobre a organização do grêmio, enquanto suas atuações anteriores e, principalmente, sobre sua relação com a escola, que parecia tensa e conflituosa. A conversa com o diretor e com os alunos marcou bem esta tensão. Os alunos, a todo momento que podiam, referiam-se de forma negativa da direção, enquanto que a mesma, referia-se aos alunos do grêmio com certa distância.

Os estudantes reclamaram, por exemplo, da ausência da escola no que se referia à concessão de infra-estrutura e ao diálogo com os integrantes do grêmio.

O trecho a seguir exemplifica tanto a situação da escola, de não possuir um grêmio, quanto o papel da instituição de ensino sobre esta situação.

‘-Pelo que estou entendendo não tem grêmio? [fala da pesquisadora]

É. Sobraram apenas alguns desenhos na parede. É engraçado por que eu não sei direito o que me motivou a tentar fazer alguma coisa pelo grêmio. Não sei. Acho que eu só não queria que o grêmio, que era pra ser um lugar que reúne o pensamento dos alunos, morresse que nem tava morrendo. Eu acho que as pessoas tem que se juntar pra discutir o que tá acontecendo ao redor delas. E, pô, não tem nenhum lugar melhor que o grêmio para os alunos fazerem isso.

-Então o papel do grêmio seria qual? [fala da pesquisadora]

Acho que pra mim, seria mais um local onde as pessoas pudessem se juntar pra compartilhar suas ideias, pra pensar numa organização que necessariamente lutasse pra reivindicar seus direitos e tal. Eu acho que vale mais a pena você pensar no grêmio como um polo pra que aqueles que participam cresçam em si próprios do que venham a lutar pra algum fim. Enfim, sei lá.

-E qual é o papel da escola pro grêmio? O que a escola poderia oferecer pro grêmio ser isso que você acabou de dizer que ele deveria ser? [fala da pesquisadora] - pausa longa.

Seu eu fosse diretor eu daria uma sala para as pessoas fazerem isso. Realmente é uma coisa. Olha esse sofá! Olha o quadro! Pô! Então, sem estrutura física não dá pra funcionar e quem pode dar isso é a escola. Eu acho que se a escola fosse ajudar em alguma coisa era o mínimo que ela podia começar fazendo.

-E, você acha que é papel da escola ajudar o grêmio? [fala da pesquisadora]- pausa longa.

Se a escola não fizer nada. Eu acho muito difícil que chegue a existir o grêmio. O que pode acontecer é um grupo de alunos se juntar em um grupo de pessoas que compartilhasse de um ideal pra tentar difundir esse ideal, por que o grêmio no fundo no fundo, acaba sendo um modo de tentar mudar alguma coisa, a situação atual, né?¹⁹

A fala sinaliza ao mesmo tempo ausência da escola como provedora das condições mínimas para a existência do grêmio e um lamento por sua não atuação. A “morte” do grêmio colocada pelo estudante possibilita a reflexão acerca do papel que a escola assume no significado da entidade. A impressão que tive na roda de conversa é que sem o apoio da instituição de ensino o grêmio perde seu chão. O tom do bate-papo foi melancólico, como se faltasse energia dos alunos para assumir um confronto direto e “bançar” um processo eleitoral. Este é um dado interessante e curioso, visto que a “escola pública federal” visitada possui, no imaginário social, importância ímpar nas lutas contra a ditadura no Brasil, no movimento dos caras pintadas e um forte engajamento político de seus alunos.

O grêmio foi colocado na roda de conversa como espaço de trocas de ideias, de debates, de integração dos estudantes, de sua mobilização. Apesar de ser apresentado como “um modo de tentar mudar alguma coisa”, não fica claro o que deve ser mudado, se é a situação em que o grêmio encontra-se, desorganizado e desmobilizado, ou a situação atual do país, do ensino público etc. Todavia, mesmo que sem um direcionamento muito claro do que devem modificar, a consciência transformadora permanece latente, deixando registrada uma situação de desmobilização dos estudantes, mas não necessariamente sua alienação ou desinteresse.

As opiniões sobre o papel do grêmio apareciam de formas divergentes na roda de conversa. Foi colocado por um dos jovens que o mesmo serve para representar o desejo dos alunos e transformá-los em realidade. Mas, na opinião de

¹⁹ Trecho transcrito do registro de áudio produzido a partir da gravação da roda de conversa, que apresenta uma fala de um dos colaboradores do grêmio. Apesar de não haver grêmio atuante, o grupo de jovens ouvido colocou que desempenhavam um papel de colaboradores. Considero interessante a manutenção desta definição, pois apesar de não haver grêmio atuante na escola, ele continua vivo nas preocupações dos estudantes, sendo possível construir idealizações e representações sobre seu papel e significados sociais.

um outro, seu papel é ‘agregar os alunos para que eles tenham algum poder, para que eles tenham voz’. Este mesmo jovem colocou que em sua escola os estudantes encontravam-se desmobilizados e que este era o motivo da inexistência de um grêmio atuante, no entanto, relacionava esta desmobilização à uma característica comum a atual geração de jovens.

O aluno, ao ser indagado sobre esta questão, relacionou, diretamente, a falta de mobilização dos estudantes do seu colégio à uma conjuntura mais ampla. Interessante notar que em seu depoimento a ditadura apareceu representada como o motor da mobilização juvenil. Era como se a finalidade de derrubar o regime e sua concretização fosse usado como uma espécie de desculpa para justificar a desmobilização dos jovens da atual geração, tido pelo estudante como resultado de anos de repressão.

Observe o trecho:

‘Os momentos em que você vê as pessoas mais mobilizadas são momentos em que havia uma necessidade maior de ação imediata, existia um problema que era realmente muito grande que levava as pessoas a se mobilizarem independente de comodismo.

-Que problema era esse? [fala da pesquisadora]

–No caso, a ditadura. A geração que lutou contra a ditadura é a geração que hoje está no poder. Quer dizer, os políticos atuais. O grande marco da vida política deles foi a luta contra a ditadura. Mas, justamente também por conta da ditadura tem-se a juventude da década de 80, que é a geração perdida, que teve o efeito contrário. Ao invés deles se rebelarem, eles meio que foram reprimidos desde pequenos, desde crianças. Tipo, o golpe foi em 64, eles nasceram em 60, sei lá, tinham 4 anos, ou seja, a infância e adolescência deles foi durante a repressão’.²⁰

A compreensão acerca do papel do grêmio, assim como a concepção de mobilização estudantil dos jovens participantes da roda de conversa desenvolvida na “instituição federal” em muito se assemelharia às concepções observadas no grupo de jovens pesquisados no estudo de caso. Apesar de pertencerem a contextos muito distintos, possuíam opiniões muito similares sobre a política, sobre o processo de engajamento da atual geração, sobre o papel das associações estudantis e até mesmo sobre o papel da escola neste contexto. A partir dessas rodas de conversa foi possível identificar a existência de um senso comum entre

²⁰ Idem a nota anterior.

esses grupos de estudantes que aproximava algumas de suas concepções, mesmo estudando em escolas com perfis tão diferenciados. A visita à escola federal, apesar de possuir como resultado sua eliminação dos “miniestudos”, serviu de grande valia nas reflexões desenvolvidas no trabalho de campo, pois graças à conversa, foi possível acrescentar como dados de pesquisa a opiniões desses jovens, também utilizadas na conceituação de política tomada como referência no estudo de caso.

2.2.2. Os dois “miniestudos”

Os “miniestudos” desenvolvidos na fase exploratória desta pesquisa tiveram como subsidio o material proveniente de transcrição do áudio das rodas de conversas e informações adicionais reunidas após as visitas à escola “confessional” e a “alternativa”. Como a “instituição pública federal” foi eliminada desta etapa, não foi realizado nenhum estudo mais aprofundado sobre ela.²¹

Em conjunto com as percepções e observações dos círculos de bate-papo foram reunidas informações presentes nos sites das instituições e das redes sociais de seus grêmios, além de material de pesquisa complementar, que englobaram documentos, estatutos e um jornal, fornecido pela “escola alternativa”. Também no “miniestudo” da “instituição alternativa” foram utilizadas informações provenientes de diferentes Boletins SOCED.

a) O “miniestudo” da “escola confessional”

A escola escolhida para a realização de uma das rodas de conversas é uma das instituições confessionais previamente pesquisadas pelo SOCED, onde foram

²¹ Privilegiou-se a apresentação das rodas de conversas desenvolvidas nas escolas “alternativa” e “confessional” em conjunto com a apresentação de seus “miniestudos”, objetivando-se com este estilo de descrição dar mais dinamismo a apresentação da fase exploratória da pesquisa como um todo.

aplicados três questionários (um aos alunos do nono ano, um aos seus pais e um aos professores desses estudantes), parte do survey feito no colégio em 2004. A pesquisa do grupo intitulada: Processos de produção de qualidade de ensino: escola, família e cultura, nos anos de 2002 e 2004, aplicou questionários ao total de nove escolas, consideradas de maior prestígio na cidade do Rio de Janeiro, em busca de dados e informações acerca dos processos institucionais envolvidos na produção da qualidade do ensino dessas escolas.

Durante uma das discussões do SOCED sobre o ambiente e clima escolar de algumas das instituições de ensino pesquisadas, foi sondada por mim a possibilidade de fazer uma visita exploratória a uma delas, no caso, a “instituição confessional” selecionada, com o intuito de conhecer melhor seu grêmio e a própria escola.

O primeiro contato com o colégio foi intermediado por dois membros do grupo de pesquisa, que na ocasião desenvolviam suas teses de doutoramento junto à escola. Foi previamente averiguado pelas colegas, a meu pedido, a possibilidade de marcar um encontro com a coordenadora pedagógica da instituição de ensino para a apresentação do projeto de pesquisa. Após telefonema foi agendada uma visita.

No dia marcado, a caminho da escola, os pensamentos estavam direcionados ao campo. Indagava-me silenciosamente sobre o que os jovens pensariam em mudar e qual seria a ideologia que os movia. Sendo filhos da classe média refletia sobre possíveis bandeiras e reivindicações. Questionava-me sobre seus interesses, sobretudo em como se construía suas articulações e em torno de quais questões seu engajamento rondava. Ao mesmo tempo refletia sobre a possibilidade de não buscarem quaisquer transformações em seu cotidiano...

A acolhida foi bastante positiva. Fui recebida pela coordenadora pedagógica de forma bastante receptiva. Na conversa travada logo em minha chegada ao campo, ela se mostrou interessada pelo tema de pesquisa e no mesmo dia tive a oportunidade de conversar com alguns integrantes do grêmio. Aquela primeira visita teve o objetivo de realizar a roda de conversa, preliminar aos “ministudos” exploratórios e comparativos.

O dia de visita foi bastante produtivo, sendo possível reunir informações interessantes sobre o grêmio da escola. Primeiramente, a fala da coordenadora pedagógica denunciava que o grêmio era visto como um dos espaços pedagógicos

da instituição, recebendo total apoio em suas atividades. Em segundo lugar, havia três grêmios atuantes no colégio, o que de imediato chamara minha atenção, estimulando a criação de hipóteses acerca deste tipo de organização e a finalidade da diluição da associação estudantil dentro da instituição de ensino. E em terceiro lugar havia uma certa facilidade de acesso e permanência na escola, o que, certamente, favoreceria o desenvolvimento da pesquisa de campo. Vale acrescentar, ainda, que todos os funcionários da instituição de ensino sempre se mostraram bastante solícitos e dispostos a contribuir com a pesquisa. É possível dizer que tanto a exposição do tema, quanto a solicitação de trabalhar junto aos alunos foram recebidos positivamente, tanto pela coordenação, quanto pelos estudantes.

Naquele mesmo dia, começava a observar a escola. Percebia que o espaço escolar era bastante amplo, contendo vários ambientes, diversas salas de aulas e muitas portas fechadas, características comuns à arquitetura da grande maioria das escolas. No entanto, o que mais chamava atenção era o número de funcionários. Reparava que eram muito numerosos se comparado ao de outros colégios em que já havia estado.

Anotei em meu diário de campo:

‘O prédio de cinco andares possui os três primeiros reservados às: sala da Coordenação Pastoral [atualmente esta sala pertence ao grêmio] e salas de aula [o colégio funciona em três períodos, sendo o noturno dedicado ao EJA]. No térreo, há o pátio, elevadores, banheiros, duas mesas de pingue-pongue, uma cantina, alguns murais pintados, escadas que dão para outro pátio externo, onde há duas quadras poliesportivas, um estacionamento, um bicicletário. Continuando em direção ao pátio é possível ver mais uma secretaria e algumas salas fechadas. Nos dois últimos andares estão alocadas as salas da Coordenação Pedagógica, da Coordenação Pastoral, e da Direção, além de mais um setor administrativo’.

Surpreendia-me o número de inspetores, sendo pelo menos dois ou três circulando pelo térreo, um ou dois para cada andar, além de dois porteiros que se revezavam na abertura dos portões, fora os funcionários dedicados à limpeza, manutenção e serviços gerais. Há também funcionários que trabalham na mecanografia (espaço para impressões, cópias etc.), em uma pequena papelaria, na cantina etc.

Era intensa a sensação de um “simpático controle”, presente tanto na organização física, quanto de pessoal, que aquela organização transmitia. O

ambiente parecia bastante livre e a interação entre os alunos da escola e seus funcionários era deveras descontraída, no entanto, havia certo peso em sua infraestrutura pedagógico-administrativa evidente naquele estabelecimento de ensino. Entretanto, como já colocado, este sentimento era contrastado com uma notável liberdade concedida aos estudantes. Nos murais espalhados²² pelo pátio havia pinturas que representavam o comunismo e o socialismo, outras religiões, que não a católica, a identidade de uma turma, a referência a um grupo de teatro etc. As expressões deixadas pelos alunos no pátio interno da escola eram sinais de que os estudantes gozavam de certa liberdade de intervenção no espaço escolar. Outro aspecto “liberal” observado que merece ser ressaltado foi a abolição do uso do uniforme por parte dos alunos do Ensino Médio e Ensino Fundamental II. Os estudantes possuíam a liberdade de se vestirem da forma como preferissem. Sendo assim, era comum o desfile de shorts jeans, saias curtas e longas, camisetas com manga e sem manga, vestidos, bermudas masculinas, chinelos de dedo, diversos tipos de tênis e calçados, roupas estilosas e rasgadas etc. Vale também colocar que, o namoro dos jovens e os casais andando de mãos dadas e trocando carícias era igualmente tolerado.

Mas, sob o clima de liberdade, olhos atentos observavam de longe os alunos. De maneira simpática os estudantes eram controlados e, este “simpático controle”, de certa forma, constituía-se como uma das características mais visíveis de sua cultura escolar. Considero, assim como Viñao del Frago (apud FILHO et.al. 2004) como pertencente à cultura escolar, tudo aquilo que é apropriado, diluído e incorporado como dinâmica e prática social no cotidiano escolar. O que chamara minha atenção naquela situação específica era sua potencial dimensão política, visto que Vitor Paro (2002, 2010) ao refletir acerca da manifestação do político nas instituições administrativas e escolares, a define como estratégia de convivência, presente de forma quase que infalível e inevitável nos estabelecimentos escolares. De acordo com o autor, a política se apresenta diluída nas relações cotidianas, presente na interação, nas dinâmicas e práticas sociais, reflexão que pode ser estendida à escola. A situação de um “simpático controle” seria ampliada ao grêmio e sua relação com os demais setores escolares? Àquela altura, esta era a minha maior questão com relação àquela realidade específica.

²² Cf. Anexo IV – doc.1.

No dia da roda de conversa travada com estudantes integrantes do grêmio foi possível reunir algumas informações bastante relevantes sobre a entidade e sua relação com a escola. O bate-papo procurou seguir o roteiro de perguntas (vide Anexo I – Roteiro das rodas de conversas), igualmente utilizado nas outras instituições como recurso na reunião de dados que serviriam de subsidio ao “miniestudo” da “escola confessional”.

Com relação à estrutura e organização da entidade estudantil, os alunos do colégio reafirmaram que havia três grêmios atuantes na escola, o que já havia sido colocado pela coordenadora pedagógica. Acrescentaram, quando indagados o porque desta divisão, que ela teria como finalidade promover um incentivo à mobilização dos estudantes em processos decisórios e participativos. Eles colocaram que o dinheiro utilizado pelos grêmios em seus distintos projetos é diferenciado, contudo, esse montante pertence ao mesmo fundo destinado às atividades da Associação de Pais e de ex-alunos, que compõem o que no site da instituição aparecia sob a terminologia “apoio pedagógico”. O setor administrativo responsável pelo intermédio entre este apoio e à direção do colégio era Coordenação Pastoral. No site da instituição de ensino é possível encontrar informações sobre o que a escola denomina como sendo a comunidade escolar, da qual o grêmio faz parte. De todas as páginas de internet pesquisadas, e aqui me refiro também às pesquisas esporádicas de reconhecimento superficial de outras instituições, permitida pelas facilidades do mundo virtual, este “colégio confessional” foi o único que ofereceu informações sobre o grêmio e sua importância como “apoio pedagógico”. De acordo com o mesmo site, a Coordenação Pastoral é aquela responsável por intermediar as relações entre diferentes setores da comunidade escolar, fazendo, desta forma, a intermediação tanto de grupos internos do colégio, quanto externos, como as famílias e a sociedade civil de uma maneira geral.²³

Quanto ao papel desta coordenação, os estudantes colocaram na roda de conversa haver uma situação de parceria e cooperação. Sinalizaram sua importância para a atuação do grêmio, pois é a partir de seu intermédio que os projetos dos estudantes poderiam ser concretizados e viabilizados. Mas, também

²³ Todas essas informações encontram-se disponíveis no site da instituição confessional. Por escolher manter o anonimato das instituições escolares e das pessoas que participaram desta pesquisa, todos os sites de internet que pudessem comprometer esta escolha foram omitidos como referência.

“deixaram escapar” a existência de certo controle desta coordenação sobre os as ações do grêmio.

Observe este trecho contendo parte da explicação dos estudantes sobre o papel da Coordenação Pastoral (C.P):

‘Eles explicam pra gente como é, né. Agora não, por que a gente já está há bastante tempo, a gente assumiu tem oito meses. Mas, no início, explicavam como é que faz para sacar o dinheiro, ou como se faz para elaborar um projeto e encaminhar para a aprovação e tal. Todos esses trâmites mais burocráticos, a coordenação vem para ajudar a compreendê-los. Eles tão aqui há muito tempo né, a gente é que troca todo ano’.²⁴

A Festa Junina, por exemplo, foi citada na conversa como um grande exemplo de negociações entre o grêmio e a C.P, devido à existência de uma gincana, onde os alunos imitam seus professores, apresentam esquetes de teatro e competem entre si realizando diversas tarefas²⁵. Neste sentido, algumas brincadeiras acabavam sendo previamente negociadas entre a coordenação e os estudantes.

Outro ponto de destaque na roda de conversa foi dado ao papel do grêmio e sua importância na formação dos estudantes. Algumas colocações soaram interessantes. Os alunos apontaram para o fato de que as ações do grêmio, apesar de estarem direcionadas principalmente para o interior do espaço escolar, possuíam dimensão política, pois privilegiavam os interesses coletivos dos estudantes e a negociação feita com a escola para que eles fossem atendidos. Os estudantes colocaram que pertencer ao grêmio os afastava de pensamentos utópicos referentes às mudanças e a transformação da sociedade. Justificavam esta afirmação colocando que isso se dava por valorizarem a preocupação com ações pontuais, objetivos pragmáticos, passíveis de concretização, ações sinalizadas como sendo o foco de suas atividades. Interessante perceber o quanto essas opiniões encaixavam-se em uma concepção ampliada de ação e atuação política, tal como disseminada entre os jovens da atual geração, colocada nos

²⁴ Transcrição do áudio da roda de conversa realizada na “escola confessional”.

²⁵ Essas outras tarefas relacionavam-se a algumas brincadeiras a serem realizadas no dia da festa. Esta gincana era organizada em grupos que representavam as turmas da escola e que competiam entre si. Eram tarefas da gincana, por exemplo, a reunião de doações, ou objetos reciclados, tipo garrafas Pet ou alumínio e seu encaminhamento aos locais propícios à sua reciclagem. A preocupação com o voluntariado e com questões relacionadas ao meio ambiente eram flagrantes enquanto temas transversais à festa junina.

levantamentos e pesquisas apresentados no capítulo anterior, em NOVAES & VITAL, (2005); CARRANO (2002), SPOSITO (2002) SPOSITO, et.al. (2009). É possível dizer, a partir das falas dos estudantes, que predominava entre eles uma concepção de que a participação dos processos dentro da escola deveria ser compreendida enquanto ação, atuação e participação política, todavia destinada à localidade, pontualidade e especificidade. Compreendiam o grêmio como uma organização política, representante de um grupo específico dentro da escola, os estudantes, que deveria agir por eles e para eles.

Interessante notar, no entanto, certa maturidade desenvolvida na execução desses projetos e uma consciência dos jovens de sua limitação frente à algumas reivindicações de seus colegas. Com relação a este ponto, os estudantes chamaram atenção para o fato de que antes de pertencerem ao grêmio acreditavam que as mudanças exigidas pelo coletivo de estudantes do colégio não eram concretizadas, simplesmente, pela falta de atuação do grêmio. Colocaram que esta percepção muda quando estão do lado de dentro, por que começaram a entender os diversos trâmites e dificuldades de realizar certas coisas. De acordo com eles, as transformações não deveriam ser encaradas como um sonho a ser perseguido e que concretizar ideais exige atitudes pragmáticas e negociação, um “Jogo Político” a ser, constantemente, jogado por eles.

De acordo com um dos jovens:

‘O mais importante é a participação dos processos dentro da escola. A gente aprende como é difícil organizar as coisas, os eventos. As conversas e reclamações de corredor acabam ficando de lado, por que a gente passa a ver como é difícil estar no outro lado, no lado da gestão. Toda a quinta-feira a gente tem reunião do Conselho, aqui mesmo nesta sala, aí vem diretor, coordenador, APM [Associação de Pais e Mestres], o pessoal da manutenção, o grêmio... E aí discute-se tudo, desde a aprovação de um evento ou não, faz-se a avaliação do que teve na escola etc. É interessante por que você começa a perceber que tem muita coisa que todo mundo quer mudar, mas não é assim: agora sou do grêmio agora tenho poder pra mudar, sabe. Tem que passar por um processo. O choque de realidade que eu tava falando é nesse sentido, você perde a utopia daquelas coisas, tipo, se eu fosse diretor tudo seria diferente... Não é assim, entendeu? Tem muita coisa que você tem que renunciar. É um grande jogo político na verdade. A gente tem que aprender a negociar aquilo e aquilo outro, tem que fazer certas concessões. Por exemplo, a escola é católica, então tem certos tipos de coisas que você tem que se adequar a um projeto e a uma filosofia da escola, então são vários jogos, que eu acho que muitas vezes o aluno que não participa perde, não tem noção’.²⁶

²⁶ Transcrição do áudio da roda de conversa realizada na “escola confessional”.

Quanto às suas ações, os depoimentos colocaram que mesmo sem transcender o espaço escolar, os estudantes do grêmio participavam, mesmo que não diretamente, do que poderia se chamar de movimento estudantil, pois buscavam integrar e unir os alunos em torno de um coletivo, de ações que representassem os interesses dos estudantes da escola. A integração e mobilização dos estudantes apareceram desta forma, como uma espécie de bandeira política, forte luta do grêmio. De acordo com o ponto de vista de outro estudante, a ação política pode ser reconhecida em atitudes cotidianas transformadoras embutidas nas relações sociais construídas no interior da escola. Sua caracterização de ação política acaba reforçando as características da política como ampliada à processos pontuais e específicos, afastando-a de concepções que limitam sua manifestação às tradicionais formas de atuação, como os partidos, por exemplo, ou mesmo o movimento estudantil organizado institucionalmente.

Observe o trecho a seguir:

‘Eu acredito que mesmo que a ação da gente enquanto grêmio não consiga transcender a escola, mesmo que a gente não consiga assim um movimento grande, tipo organizar uma grande passeata, ou derrubar um governo. Mesmo que a coisa não seja isso, eu acho que qualquer ação política, mesmo que local é importante. A gente conseguiu fazer um debate sobre o Código Florestal junto com outros grêmios próximos. Até a própria festa junina que a gente fez teve um caráter diferente dos outros anos. A gente tentou trazer a cultura popular pra cá. Isso também é uma ação política né? Você abrir a cabeça do aluno pra uma coisa diferente. O que a gente tava buscando mesmo era a integração, isso é a nossa bandeira política. As decisões sobre os eventos são tomadas em conjunto. Apesar das assembleias estarem sempre esvaziadas, procura-se que as ações do grêmio sejam democráticas’.²⁷

Outras ações como obras de infraestrutura, como a reforma do bicicletário, por exemplo, foram colocadas como ações políticas, dentro de uma concepção de cuidar do que é público, neste caso, não o Estado, mas o que pertence ao coletivo daqueles estudantes. De um coletivo específico. A iniciativa foi colocada como política, pois carrega uma preocupação em incentivar os alunos a irem ao colégio de bicicleta, reafirmando um compromisso com o meio ambiente e com o transporte sustentável.

É importante ressaltar que o significado político do grêmio foi colocado recorrentemente, durante a roda de conversa. Na opinião de um dos estudantes, o

²⁷ Idem.

movimento político envolve o poder de influência e negociação entre as pessoas, o que sustenta a caracterização da política como estratégia de convivência feita por Paro (2002, 2010).

De acordo com a fala do jovem, a participação em um grêmio torna os alunos mais suscetíveis a esses aprendizados:

‘Assim, acho que a ação política não se limita a liderança. Mesmo que seja uma coisa só pra atingir os alunos daqui da escola já é um movimento político do qual a gente se orgulha. A experiência do grêmio puxa os alunos para a resolução pragmática de problemas. Quando você é do grêmio, você deixa de ser sonhador, aprende a negociar, a abrir mão e a justificar, convencer a escola de que aquilo é bom pra todos. Coisas que você tem que fazer, que a gente não quer, mas faz pra conseguir alguma coisa lá na frente. Agora eu tô mais pé no chão’.²⁸

De acordo com a coordenadora pedagógica da escola, que participou de parte da conversa²⁹, o trabalho voluntário desempenhado pelos alunos também deveria ser considerado como movimento político.

O trecho a seguir, ilustra algumas ideias colocadas pela coordenadora pedagógica sobre o engajamento em ações voluntárias:

‘Eles têm uma coisa aqui que eu considero também como movimento político que é a participação em projetos sociais. Alguns alunos trabalham à noite fazendo assistência e consultoria para a EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Então eles vêm a noite, às vezes deixam suas atividades de estudo pra ajudar o pessoal da EJA. Temos uma quantidade bem boa, mais ou menos uns cinquenta alunos que dão assessoria à noite, quase todos do segundo ano. Tem uns do terceiro, mas como eles estão envolvidos com esse negócio de vestibular a maioria é do segundo. Eles vêm mais constantemente, do que os do terceiro’.³⁰

Estas ações, entre outras, foram colocadas como desenvolvidas por um “grupo seletor”, definição feita pelos próprios estudantes para caracterizar o mesmo grupo de alunos que participa de todas as atividades oferecidas pela escola. A denominação “seletor” justifica-se por referir-se ao fato dos mesmos estudantes ocuparem diferentes espaços de atuação em sua escola, sendo que os mesmos jovens tocam o coral, o teatro, as aulas de apoio para o EJA – educação de jovens e adultos, os projetos sociais e de voluntariado, inclusive, o próprio grêmio. Segundo

²⁸ Transcrição do áudio da roda de conversa da “escola confessional”.

²⁹ A coordenadora apresentou-me aos estudantes e a roda de conversa foi realizada numa sala reservada ao nosso encontro. Depois de mais ou menos meia-hora, ela retornou à sala e participou dos dez minutos finais da mesma. Era o “simpático controle” entrando em ação.

³⁰ Fala da coordenadora pedagógica transcrita do áudio da roda de conversa. Dentre os alunos do grêmio, quatro, num total de seis, participavam do projeto referido.

um deles: ‘O mesmo aluno que faz parte do grêmio é o mesmo aluno que participa dos projetos de EJA, que é o aluno que faz teatro, que faz coral...’. O fato de existir um “grupo seletor” responsável pela maioria das atividades extra-curriculares apenas reforça a ideia de que a participação, seja ela política, ou social, ou cultural, em espaços institucionais, depende fortemente de uma inclinação pessoal e subjetiva (CASTRO & CORRÊA, 2005).

Ao fim da roda de conversa, interessava-me bastante a situação daquele grêmio. Ele fazia parte de uma instituição de ensino que o acolhera como aquilo que a escola caracterizava como sendo sua comunidade escolar, visto como importante local de aprendizado e vivência política. Era dividido em três, o que significaria isso, afinal? Também chamava atenção a maturidade dos discursos dos estudantes que acreditavam fazer política, mesmo restrita ao espaço escolar. Indagava-me como seria construída essa participação em sua escola.

Dando prosseguimento ao “mini estudo” desta escola foi realizada uma pesquisa de internet que englobou a reunião de informações tanto sobre a instituição de ensino quanto sobre a entidade estudantil. No espaço virtual, o grêmio caracterizava-se como uma Organização Política. Em uma página de rede social a entidade estudantil apresentava suas propostas de atividades em plataformas de ação, divididas em seis pastas de atuação, a saber: Política, Comunicação, Administração, Cultura, Esporte e Social.

Já, no site da instituição de ensino chamou atenção, logo de início, o ícone comunidade, caracterizada como: ‘Espaço destinado aos grupos de apoio ao pedagógico: Bibliotecas, Cursos Extraclasse, Coordenação Pastoral, Grêmios, Associação de Pais e Mestres e Associação de Ex-alunos’³¹. A referência ao grêmio como parte da comunidade escolar e apoio pedagógico era notável e inspirava a curiosidade sobre essa valorização do espaço, não notado nas outras instituições visitadas. Chamava, igualmente, atenção nesta página, o uso da palavra Grêmios. No site, há um ícone que leva a mais informações sobre a estrutura e organização da entidade estudantil. Clicando sobre ele foram apresentados os três grêmios, atuantes e divididos entre Ensinos Fundamental I e II e Ensino Médio, assim como a apresentação do processo eleitoral que envolvia a eleição dos três diferentes grêmios e suas principais ações.

³¹ Trecho retirado do site da “escola confessional”.

Aquela divisão em três grêmios era algo que me chamava muita atenção. Minha hipótese era de que aquela diluição serviria para ampliar a possibilidade de controle das ações dos estudantes, travestida em um discurso pedagógico de incentivo à participação e a formação política. Esta reflexão apoia-se e estaria condizente com a situação de “simpático controle” encontrada. Outro ponto seria o de tratar o grêmio, que deveria ser autônomo e ter a “cara” dos estudantes, como “apoio pedagógico”. Esta caracterização sugere que a instituição de ensino incorporou o espaço do grêmio como possuindo papel importante em sua missão pedagógica (formar para a transformação social), incluindo-o no discurso oficial do colégio e sua apresentação à uma possível clientela, visto que publicado no site da internet da instituição de ensino. Nesta linha, também os eventos organizados pelos estudantes apareciam como acontecimentos de sucesso da escola e não dos alunos, havia registros fotográficos dos mesmos e apresentação de seus integrantes. Àquele momento indagava-me ainda mais sobre essa relação de dita parceria, que já havia me chamado atenção à visita feita ao colégio. Diante daqueles dados perguntava-me como se construiria a combinação parceria e o “simpático controle” percebidos no dia da roda de conversa?

Outro ponto que saltava aos olhos, fruto desta pesquisa ao site da “escola confessional” era quanto ao seu objetivo pedagógico e missão institucional: a formação de agentes de transformação social, que aparecia de maneira destacada (em caixa alta e em negrito) na página consultada. Também sobre este aspecto indagava-me sobre o significado do grêmio? Era devido a esta finalidade pedagógica que o grêmio era reconhecido como parte do “apoio pedagógico” da “instituição confessional”? Era em nome desta missão institucional que o grêmio era dividido em três? Era em torno desta missão que o “simpático controle” atuava? O que pensavam os estudantes sobre esta missão e seu eventual “cumprimento”?

Veja o trecho que exemplifica o teor desta missão, retirado do sitio de internet consultado:

‘Completo 50 anos, já tendo um lugar de destaque entre as escolas mais respeitadas do Rio de Janeiro. Identifica-se pelo lema FORMAR AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, primando, portanto, não pelos excelentes resultados acadêmicos, mas, acima de tudo, por enviar às Universidades alunos habituados a participar do processo educativo e a exercer sua cidadania nas atividades acadêmicas, com espírito crítico, com responsabilidade e com